

# A Internacional

Revista do Comité de Organização pela Reconstituição da Quarta Internacional (CORQI)

## BRASIL

Fora Bolsonaro! Por um Governo dos Trabalhadores!



Rio de Janeiro, 3 de Julho de 2021

### China

Só a classe operária chinesa, livremente organizada, poderá defender a soberania da China e as conquistas da revolução

### México

Por uma frente única anti-imperialista pela renacionalização do sector energético

### 1848

Separação definitiva da classe operária e da burguesia



## Índice

---

Notas Editoriais

Página 3

---

## Análise

---

- China  
Só a Classe Operária Chinesa, Livremente Organizada, Poderá Defender a Soberania da China e as Conquistas da Revolução Página 5
  
- Ambiente  
"Transição Energética" e Luta de Classes Página 13
  
- Brasil  
Fora Bolsonaro! Por um Governo para os Trabalhadores! Página 20
  
- México  
Por uma Frente Única Anti-Imperialista pela Renacionalização do Sector Energético Página 27

## Discussão

---

- Discussão com o Movimento Alternativa Socialista (MAS) de Portugal (continuação) Página 32

## História / Teoria

---

- 1848: Separação Definitiva da Classe Operária e da Burguesia Página 35
- 

## ***A Internacional***

Revista do Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional (CORQI)

Director de publicação: Daniel Gluckstein

Editor: Réveil ouvrier

67, avenue Faidherbe, 93100 Montreuil (França)

Tiragem: 3 000 exemplaires

CPPAP : 0623 G 93127

## Aviso

---

*A Internacional* é a revista teórica e de informação política do CORQI (Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional). Aspira a ser um espaço de debate livre no quadro do que são os princípios próprios da IVª Internacional.

Os artigos assinados publicados nesta revista reflectem a opinião dos seus autores. Não vinculam necessariamente a redacção da revista.

---

**A** vitória dos camponeses e das suas organizações na Índia, conseguindo que, ao fim de um ano de mobilização, fossem retiradas as leis que entregavam os pequenos camponeses às multinacionais, é um acontecimento da luta de classes internacional.

Enquanto a luta durou, a classe operária indiana procurou a junção com o campesinato, apesar das travas postas pelos dirigentes, “na cúpula”. E, em parte, conseguiu-o. Os trabalhadores indianos bem vêem na vitória camponesa um estribo para a sua própria luta de classe pela retirada, nomeadamente, das contra-reformas do código do trabalho impostas pelo governo Modi.

A luta dos camponeses da Índia está longe de ser uma luta isolada. No último trimestre de 2021, assistiu-se pelo mundo fora ao aprofundamento da resistência dos trabalhadores e dos povos. Para citar apenas dois exemplos, recordemos como as massas se têm insurgido contra o golpe de Estado militar no Sudão desde o dia 25 de Outubro. Foi um golpe de Estado montado pelos generais – apesar de membros do antigo governo de “transição democrática” desde 2019 –, apoiados pelo Estado de Israel e pelo sanguinário regime egípcio. Foi a classe operária organizada, com os seus sindicatos, que se pôs à cabeça da luta pela democracia, fazendo com que comités populares aparecessem da base e atando palavras de ordem democráticas às reivindicações sociais. Uma vez mais se verifica a teoria marxista da revolução permanente. Evoque-se, igualmente, o poderoso movimento de greve nos Estados Unidos. Às centenas de milhares, os trabalhadores têm articulado as suas reivindicações nas fábricas, nos hospitais, etc., impondo-as amiúde aos dirigentes, muito além dos acordos que estes estavam prestes a negociar com os patrões. Por mais de uma vez, os acordos sobre contratos colectivos saídos das negociações entre patronato e sindicatos foram rejeitados pelo voto dos sindicalizados, que viam os seus representantes fazerem demasiadas concessões. Instintivamente, os trabalhadores compreendem que os biliões dos planos de recuperação da administração Biden estão a ser despejados nos bolsos dos accionistas e da Wall Street. E que, portanto, para sobreviverem, eles só podem contar com as suas próprias forças... assim contradizendo na prática a política tradicional das cúpulas sindicais, de subordinação do movimento operário ao Partido Democrático.

A crise do regime capitalista assente na propriedade privada dos meios de produção alimenta estes movimentos de resistência. A especulação desenfreada nos mercados mundiais de matérias-primas e da energia acarreta uma subida generalizada do custo de vida, que atira as massas para a miséria. É marcante a semelhança das reivindicações das greves dos trabalhadores, onde quer que se esteja. Em todas as línguas, as reivindicações concentram-se na exigência de aumento dos salários, na recusa dos despedimentos e na defesa das conquistas ameaçadas. Em primeiro

lugar, na defesa dos sistemas de saúde, depois de o sistema capitalista ter posto de manifesto a sua falência nessa matéria por ocasião da pandemia da Covid-19, que continua a campear.

Tantas vezes, aparecem ligadas a estas reivindicações de classe palavras de ordem democráticas contra regimes cada vez mais autoritários, que procuram incessantemente amordaçar a classe trabalhadora e atacar as suas organizações, tanto nos países dominados como nos países imperialistas.

A agonia do sistema capitalista é também, neste fim de ano de 2021, marcha para a guerra, para as guerras. A administração Biden dos Estados Unidos faz força, por todos os meios, para agudizar as tensões, mormente com a China e a Rússia, alimentando ainda dezenas de conflitos regionais que ameaçam desfazer nações. A razão fundamental desta política é, na continuidade de Trump, a crise do regime capitalista e a necessidade em que se vêem os capitalistas dos Estados Unidos de reconstituírem as margens de lucro. Assim, mormente, no sector da indústria militar (uma das principais forças destrutivas, como há mais de um século relevava Rosa Luxemburgo), mercado dominado sem concessões por grandes empresas norte-americanas.

Não estamos perante uma caminhada linear para uma “terceira guerra mundial”: a própria burguesia americana está dividida sobre a conduta a seguir. A sua política, porém, como a das grandes potências imperialistas, puxa pela guerra, por guerras: manobras militares no Mar da China, incidentes sucessivos na fronteira russo-ucraniana, decomposição da segurança no Sahel, ameaça de guerra de genocídio na Etiópia, guerra esquecida no Iémen, continuação da tragédia do Afeganistão, guerra larvar nos confins do Azerbaijão, da Arménia e do Irão, militarização da fronteira Estados Unidos/México, provocações do regime colombiano contra a Venezuela... Guerras que atiram para as estradas do exílio milhões de refugiados desenraizados, que as grandes potências imperialistas, as responsáveis pelos conflitos, ainda perseguem e rejeitam quando eles ousam pedir-lhes asilo (na fronteira entre o México e os Estados Unidos como na União Europeia; assim recentemente se viu na fronteira entre a Polónia e a Bielorrússia).

Esta marcha para a guerra é a face militar da política das grandes potências imperialistas que, a pretexto da pandemia e da “crise”, estão há um ano e meio a despejar nos bolsos da classe capitalista somas astronómicas dos seus “planos de recuperação”. Biliões de dólares e de euros colhidos no erário do Estado (e dos sistemas de protecção social) têm sido transferidos para as carteiras dos accionistas no espaço de alguns meses. Um assalto gigantesco, que nunca poderia ter-se dado sem o acordo, ora tácito ora explícito, dos dirigentes dos partidos e das organizações tradicionais da classe trabalhadora (ao votarem a favor de planos de recuperação nos parlamentos ou, mesmo, participando nos governos capitalistas). Logo que a pandemia começou, o Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional declarou (no dia 24 de Março de 2020): “*Não é vergonhoso ver, em muitos*

## ● NOTAS EDITORIAIS

>>> *países do mundo, os dirigentes das organizações políticas que falam em nome dos trabalhadores a aderirem à “união sagrada” com os governos capitalistas? Não é vergonhoso ver os partidos que falam em nome dos trabalhadores apoiar os governos capitalistas em funções, exactamente quando estes põem à votação, em vários parlamentos, medidas de “estado de emergência” que agravam a ofensiva dos governos capitalistas contra as conquistas sociais e as liberdades democráticas? (...) Os trabalhadores têm o direito de exigir a todas as organizações que falam em seu nome que rompam imediatamente com a “união sagrada” selada pelos seus dirigentes com os governos capitalistas.”*

É um facto: há ano e meio que os dirigentes dos principais partidos saídos do movimento operário (partidos socialistas e sociais-democratas, partidos provindos do estalinismo e formações saídas da crise destes partidos) acompanham a política dos governos capitalistas – e é quando não se encarregam directamente dessa política, tomando assento nos governos.

Ao que acresce a aceleração da ofensiva contra as organizações sindicais com vista a alienar a sua independência, a pôr em causa a sua natureza de organizações de defesa das reivindicações específicas da classe explorada. O problema está posto em toda a parte: a ofensiva está em curso e está-o, cada vez mais frequentemente, do interior das próprias organizações.

Ler-se-á neste número que, no Brasil, a última assembleia nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT) – central histórica construída pelos trabalhadores na luta contra a ditadura militar – decidiu que fosse possível nela se filiarem organizações religiosas, desportivas e comunitárias, modificando profundamente a natureza social da organização. Em França, a secção francesa da IVª Internacional (Tendência Comunista Internacionalista do Partido Operário Independente Democrático) decidiu publicar e divulgar uma brochura dedicada à “questão sindical”. A ideia é abrir a discussão no movimento operário sobre os perigos que impendem sobre as confederações sindicais independentes em França. A poucos meses das eleições presidenciais (data maior do regime bonapartista da Vª República), assiste-se à multiplicação das tentativas de subordinar as organizações sindicais a um ou outro candidato<sup>(1)</sup>, um ou outro partido, uma ou outra força social estranha ao movimento operário. Isto quando o país é percorrido por uma vaga de greves, em que até os sectores mais precários e menos organizados se estão a voltar para os sindicatos para conseguirem as suas reivindicações. A independência de classe, o direito dos trabalhadores a disporem das suas próprias organizações é, uma vez mais, uma questão de fundo da luta de classes internacional.

Nestas complexas e contraditórias condições, A Internacional chama a atenção dos leitores para o apelo acabado de lançar por 601 militantes operários de todas as tendências de 57 países para a preparação de uma conferência mundial contra a guerra, a exploração e o trabalho precário e pela Internacional Operária, a realizar a 30 e 31 de Outubro de 2022 em Paris. Uma conferência mundial que será antecedida, a 29 de Outubro, de uma conferência internacional pela defesa dos direitos das mulheres trabalhadoras. Estas iniciativas são apoiadas pelo Comité Operário Internacional contra a guerra e a exploração, pela Internacional Operária (COI) constituído quando da Conferência Internacional de Mumbai (Índia, Novembro de 2016).

As organizações do CORQI, que lutam pela reconstituição da IVª Internacional, são parte integrante, sem reserva, desta iniciativa e garantirão o seu bom resultado. Organizados com base no programa marxista da IVª Internacional, os militantes das organizações do CORQI não têm interesses distintos dos trabalhadores de todos os países. A luta pela Internacional Operária, que está no cerne do apelo a esta conferência mundial, é ora afirmação da unidade mundial da luta de classes, ora reivindicação de independência de classe do movimento operário. São, à uma, as duas velhas palavras de ordem “*Proletários de todos os países, unidos!*” e “*A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores*”.

Daí decorre, para os militantes do CORQI, a necessidade de lutar, em cada país, pela construção de autênticos partidos operários.

Para as organizações e militantes que lutam pela reconstituição da IVª Internacional, os resultados da conferência mundial de Outubro de 2022 em Paris são, assim, indissociáveis dos necessários passos a dar na construção das organizações agrupadas no CORQI.

**A Internacional**

<sup>(1)</sup> Nesta ofensiva, a CCI revisionista desempenha um papel específico. Assim, seis membros da CCI revisionista, cinco deles responsáveis sindicais de certo nível, acabam de se integrar no “parlamento da União Popular” do candidato Jean-Luc Mélenchon. “Parlamento” este que é objecto do regozijo do semanário *Informations ouvrières* por “*reunir toda a sociedade mobilizada nestes últimos cinco anos*” (9 de Dezembro de 2021). Esta participação tem todo o ar de servir para acentuar a pressão sobre o movimento sindical em França para ele aceitar a integração, hoje num “parlamento” que “*réune toda a sociedade*”, com mistura de classes, ao serviço de um candidato à magistratura suprema da Vª República; amanhã, nas próprias instituições. É um novo salto da CCI revisionista na via da degenerescência.

## China

# Só a classe operária chinesa, livremente organizada, poderá defender a soberania da China e as conquistas da revolução

Por Alain Frandor

O presidente americano Biden não perde a oportunidade de matraquear: “A China é o concorrente mais perigoso e rival sistémico”, constituindo “a maior ameaça aos Estados Unidos desde a Segunda Guerra Mundial”.

No dia 31 de Agosto, com o último soldado americano fora do Afeganistão, Biden anunciou uma “nova estratégia dos EUA no mundo” “Estamos metidos numa competição séria com a China”, afirmou.

**A** ACELERAÇÃO DOS ACONTECIMENTOS confirma o que escrevamos no editorial do número anterior d’A Internacional: “O objectivo é claro: os capitalistas americanos precisam de conquistar novos mercados para compensar a queda da taxa de lucro do capitalismo – e, para tal efeito, precisam de deitar abaixo as relações de produção socializadas na China, que, apesar das incursões do capitalismo, continua a ser um obstáculo de monta ao sistema global assente na propriedade privada dos meios de pro-



Greve na indústria electrónica, Xangai, 2014

dução.”<sup>(1)</sup>

O dispositivo militar de cerco à China vai-se reforçando sensivelmente. A constituição da Aukus, aliança militar sob égide americana que junta a Austrália, o Reino Unido e os Estados Unidos, permite reconfigurar as forças militares na região. A Austrália irá dispor de oito submarinos a propulsão nuclear vendidos pelos Estados Unidos e de mísseis de cruzeiro Tomahawk. O Pentágono, fornecerá, pelo seu lado, mais doze helicópteros de ataque e um avião de guerra.

Há muitos outros factos que merecem relevo: um orçamento militar americano am alta – 715 mil milhões de dólares – , uma desclassificação inédita e ameaçadora, por parte do exército americano, do número de ogivas nucleares de que dispõe (3.750), contra 350 da China, a criação de um centro da CIA especialmente consagrado à China, o estacionamento de milhares de militares americanos em

Taiwan (na realidade instrutores há anos), reatamento dos exercícios militares em grande escala dos exércitos americano e filipino, que convidarão a Austrália e o Reino Unido na qualidade de observadores, reatamento da presença de tropas americanas nas Filipinas, o Japão a propor-se defender Taiwan e a pôr à disposição do exército americano lugar nos seus porta-aviões, a armada indiana a treinar com a das Filipinas.

As despesas militares crescentes da Coreia do Sul tanto são motivadas pela sua vontade de fazer frente à China como à Coreia do Norte. A decisão, por exemplo, de construir um porta-aviões não tem nada que ver com a Coreia do Norte. Do mesmo modo, a modernização militar da Índia é claramente motivada pela possibilidade de participação num confronto com a China.

Sucedem-se as provocações militares no Mar da China e no

## ● ANÁLISE

>>> estreito entre a China e Taiwan, com desfiles de navios de guerra e de submarinos de todos os feitios (um submarino americano a propulsão nuclear sofreu um acidente misterioso no Mar da China no dia 2 de Outubro!) e de todos os países imperialistas: em primeiro lugar os Estados Unidos, mas também a Grã-Bretanha, a França, a Alemanha, supostamente para impor o respeito da liberdade de navegação, que nunca esteve ameaçada (a China estar-se-ia a privar da maior parte das suas importações e exportações!), definida por um tratado internacional que os EUA sempre se recusaram a assinar para poderem passear à sua vontade pelas águas territoriais de cada país – assim, recentemente, na Índia. A ouvir tal propaganda, estaria em causa barrar um pretenso desembarque dos exércitos da República Popular de Xi Jinping em Taiwan. Quer-se lá saber que Xi Jinping tenha reafirmado recentemente que a reintegração da ilha de Taiwan na China se realizaria pacificamente: o imperialismo tem necessidade de intensificar a tensão, para vergar a China<sup>(2)</sup>.

Em 2016, a Rand Corporation, centro de investigação apadrinhado pelo Pentágono, publicou um longo relatório intitulado “*Guerra contra a China. Pensar o Impensável*”.

Este dispositivo militar não implica que se acabe necessariamente em conflito armado. Embora uma concentração militar desta natureza possa dar derrapagens que ninguém controla, a guerra não é um objectivo em si mesmo do imperialismo. Ele acentua a pressão: quer poder dispor inteiramente do mercado chinês, impor-lhe as suas leis, as leis, portanto, do regime da propriedade privada dos meios de produção. A maneira de o conseguir pode variar. A começar pelo facto de a política da burocracia, que já abriu as portas do país de par em par à penetração capitalista, poder chegar à sua última consequência restauracionista. O imperialismo avalia com prudência as consequências

de um choque directo. Na China como no resto do mundo.

A história ensina que das guerras podem irromper revoluções. O imperialismo ou, em todo o caso, uma parte dos seus círculos dirigentes, tem, para já, tendido a considerar que, ao impor o seu controlo burocrático sobre a classe operária chinesa – fracção mais numerosa e concentrada do proletariado mundial – o aparelho do PCC contribui para a estabilidade da “ordem”. “*Uma China democrática seria menos paciente. Há na China um vulcão potencial de anti-ocidentalismo prestes a entrar em erupção. Para já, a única força política capaz de controlar o ímpeto do nacionalismo chinês é o Partido Comunista Chinês*”, assim argumenta um economista de Singapura (*Financial Times*, 21 de Setembro de 2020).

Assim, no imediato, a pressão militar visa obter o máximo de concessões do regime chinês e acelerar a abertura do mercado chinês. Esta mobilização bélica enquadra-se, no mais, numa vasta panóplia em que se cruzam sanções comerciais, ofensivas diplomáticas e repressão contra personalidades e entidades chinesas.

As recentes cimeiras do G20 em Roma e da COP26 em Glasgow deram azo a um foguetório mediático internacional apontado à China. Seja qual for o assunto, “*a responsável é a China*”. Qual é a única grande potência que espezinha os direitos humanos? Resposta de todos os governos e da imprensa às ordens: a China<sup>(3)</sup>. Qual é o obstáculo ao crescimento económico mundial? A China. Quem é responsável pela escalada militar? A China. Quem está na origem da pandemia? A China. E do aquecimento do clima? A China.

Quando da COP26, com o presidente chinês ausente, Biden declarou que “*não comparecer é um grave erro. O resto do mundo ficou a olhar para a China a pensar: que diferença é que eles fazem?*” Logo toda a imprensa mundial se encarregou de repercutir que a China é o maior polu-



Numa fábrica têxtil

idor mundial. O que contradiz a realidade. Como recordava um estudo do início de Outubro publicado no *Carbon Brief*, um órgão especializado em análises científicas das alterações climáticas, os Estados Unidos representam, sozinhos, desde 1850, 20,23% das emissões de dióxido de carbono (a China, com o quádruplo da população, 11,4%).

A pressão é igualmente económica, tendo Trump e, depois dele, Biden aplicado pautas aduaneiras a grande número de importações de origem chinesa, num valor total de 370 mil milhões de dólares. Para continuarem, a crer no que disse o secretário americano do comércio no dia 4 de Outubro: “*Continuamos muito preocupados com as práticas comerciais, centradas não na economia de mercado, mas em empresas estatais.*” Proibiu-se ou cortou-se o acesso ao território americano a programas informáticos chineses e a materiais e empresas chinesas. O caso da Huawei e da sua directora, presa no Canadá às ordens de



Washington, é bem conhecido, mas recentemente aconteceu o mesmo à empresa telefônica estatal China Mobile, que foi convidada a fazer as malas. A lista negra vai aumentando regularmente.

O traço saliente da situação é, assim, a carga contra a China em todos os domínios e a vontade da administração Biden de obrigar os seus parceiros – e rivais secundários – a irem atrás da ofensiva lançada pelo imperialismo americano, no lugar que lhes for indicado (Macron, mais os seus submarinos, já teve a experiência).

Qual a razão fundamental disto?

Em muitos documentos da nossa corrente internacional, temos caracterizado a China como um “inimigo irreduzível” para o imperialismo, porque as relações sociais (em que o Estado chinês assenta) são fruto de uma revolução que expropriou os capitalistas. Se bem que o poder tenha sido, logo de princípio, confiscado aos operários pelo aparelho do Partido Comunista Chinês – e isto é uma questão central para o de-

envolvimento da revolução mundial – e a burocracia se tenha desenvolvido tentacularmente desde 1949, constituindo um Estado-partido, e se bem que essa burocracia, com a sua política de reforma, tenha aberto as portas do país ao imperialismo e oferecido às multinacionais a possibilidade de lá ir explorar os trabalhadores chineses, o que hoje se vê é que tudo isso é insuficiente para o imperialismo. A crise do capital chegou a um ponto tal, que impele o imperialismo a investir nesta ofensiva contra a China. A economia da China não é directamente ditada pelo sistema de Wall Street, o que é insuportável a este. O imperialismo precisa de poder dispor totalmente do imenso mercado chinês, sem nenhum obstáculo.

A integração da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001 tão-pouco permitiu modificar radicalmente as coisas, como se lê num relatório americano do Rhodium-Atlantic Council. Em Setembro de 2021, o relatório observa que os compromissos assumidos à entrada na

Organização Mundial do Comércio em 2001 não foram cumpridos nem estão, aparentemente, em vias de sê-lo: “A evolução desde 2010 tem sido modesta, e Pequim está longe de satisfazer as expectativas que condicionavam a sua entrada na OMC, que consistiam em que ela satisfizesse as normas de uma “economia de mercado”. Segundo o estudo, “os resultados ilustram que o ritmo de convergência não é, claramente, o que se antevia em 2001.”

O padrão dos padrões franceses dizia a mesma coisa em Junho de 2021: “Quando Bill Clinton fez entrar a China na OMC, a aposta era que a China se aproximaria do nosso modelo democrático. Todos vemos, contudo, que não é isso que está a acontecer, e a China quer jogar com regras do jogo que não são as nossas”.

Ora, se, no ponto de vista do imperialismo, a destruição da propriedade social na China é um desfecho de grande monta, como é no ponto de vista da classe operária internacional?

É evidente que os trabalhadores do mundo inteiro são contra a guerra. Os povos sabem que os exércitos americanos e seus cúmplices mais não trazem nas suas mochilas do que destruição, miséria, decomposição e o esfacelamento das nações, e que a palavra “democracia” que as campanhas militares afivelam nada tem que ver com a realidade. Aí estão os exemplos trágicos do Iraque, da Líbia, do Afeganistão e tantos outros a dar disso testemunho.

Os trabalhadores e jovens do mundo inteiro têm, pois, todas as razões para se preocuparem com o crescendo da tensão militar no Mar da China e com a possibilidade de que, a qualquer momento, acontecimentos descontrolados provoquem uma escalada e um conflito.

Há, porém, outra dimensão a considerar. É esse, pelo menos, o nosso ponto de vista como IV<sup>a</sup> Internacional. A classe operária deve defender as suas conquistas em todo o mundo, e a propriedade social na China é uma conquista

## ● ANÁLISE

>>> feita em nome de toda a classe operária mundial.

O principal ganho da revolução chinesa de 1949 e das suas consequências – apesar do império da burocracia, cuja política tende, no seu todo, a sapor os alicerces da propriedade social – é a existência de um proletariado chinês concentrado e de uma classe operária que conquistou o seu estatuto à escala nacional apesar das divisões profundas introduzidas pela burocracia governante, ao levar a efeito a sua política de abertura. Destruir os alicerces em que ainda assenta o Estado chinês e que o definem implicaria necessariamente regressar à barbárie dos imperialismos, decomposição que acarretaria a destruição física do proletariado. A defesa da China é a defesa de uma componente essencial da classe operária mundial: a classe operária chinesa com as suas centenas de milhões de membros.

Isto implica combater a burocracia corrupta que, ao reprimir os trabalhadores chineses, debilita a China e facilita a ofensiva imperialista. Defender a China traduz-se, na realidade, em apelar à luta para pôr termo ao poder da casta burocrática. Mais adiante focaremos este aspecto.

Por isso há que prestar a máxima atenção aos desenvolvimentos actualmente em curso e aos processos que se reflectem no movimento da própria classe operária. É claro que a repressão pesa. Ao não poderem organizar-se livremente, os trabalhadores chineses vêm limitadas as suas possibilidades de intercâmbio. Não obstante, há elementos que se destacam. Greves de massas, protestos de trabalhadores que, segundo um relatório do *China Labour Bulletin* de 1 de Julho de 2020, tendem a repartir-se cada vez mais uniformemente pelo país.

As províncias interiores de Sichuan e Shanxi contam uma grande proporção de manifestações de trabalhadores, quando, na década anterior, a maior parte das manifestações se realizava na região industrial de Guangdong.

À cabeça do número de conflitos laborais aparece hoje, firmemente, a província de Hunan.

Cumpra aqui salientar que, em 2020, Hunan tinha uma população “flutuante” de 21 milhões de habitantes, o que representava um aumento de 164% em relação a 2010. Esta população “flutuante” era constituída por trabalhadores migrantes que saem do campo para irem trabalhar para as cidades vizinhas; estes trabalhadores migrantes tendem a ter empregos mal remunerados, perigosos e precários, por exemplo nas indústrias da construção e dos transportes. Ora, a maioria dos conflitos recenseados tem exactamente que ver com a construção e os transportes. São conflitos que se prendem com salários em atraso. São estas camadas mais exploradas que se estão a pôr em movimento. O que ressalta destes conflitos é a tendência para a reconstituição da classe operária como classe unida. É uma marca mais geral da situação, a que cumpre estar atento.

Numa contribuição escrita, um militante operário chinês começa por recordar que, no movimento revolucionário de Maio-Junho de 1989, a classe operária ocupou o lugar central – em consequência da sua mobilização contra as primeiras consequências da política de reformas. Salienta ele que a mobilização dos trabalhadores assustou realmente a direcção do PCC, tendo sido essa a razão por que os trabalhadores pagaram o tributo mais pesado à repressão. Considera ele, continuando, que, na década que se seguiu, no contexto da política de abertura à economia de mercado, se desenvolveu uma espécie de “classe média” que não sentia que as lutas operárias tivessem que ver com ela. Nos últimos dois anos, porém, depois da crise da Covid, realça, “houve sinais de que esta divisão da classe se estivesse a reduzir. Viram-se novas camadas de trabalhadores, muitos deles bem qualificados, empregados nos serviços, na informática, a tentarem organizar-se como trabalhadores. Por trás destas

acções é uma transformação profunda da economia chinesa que está a ocorrer: a economia abranda, os gigantes capitalistas privados têm um lugar cada vez mais preponderante, e cada vez mais trabalhadores vivem a estagnação dos salários e a redução ou mesmo ausência de vantagens sociais, a degradação das condições de trabalho e ameaças ao emprego. Pode-se aferir a estagnação da recuperação económica pelo agravamento do desemprego, designadamente entre os jovens das cidades (15,3% dos jovens entre 16 e 24 anos estão desempregados, milhões portanto). Em tais condições, há cada vez mais trabalhadores dispostos a defender os direitos laborais, e têm-se começado a organizar para esse efeito.”

Em Outubro de 2020, estafetas da província de Hunan entraram em greve para obterem o pagamento dos salários em atraso. No dia 1 de Março de 2021, os estafetas de distribuição de refeições da plataforma em linha *Meituan* decidiram-se pela greve pelo menos em duas cidades, Shenzhen e Tongdang. Enquanto estes conflitos se desenrolavam, o estafeta Chen Guojiang criou uma espécie de associação nas redes sociais. Foi preso pela polícia de Pequim no dia 25 de Fevereiro de 2021. Declarou: “Aquilo que eu disse é a opinião de 75% dos estafetas. E não é porque eu tenha uma capacidade qualquer. É porque eles tendem a confiar em mim, porque eu me



Greve dos estafetas em cinco cidades, 2019.



bato na internet por reivindicações razoáveis para todos nós, pelos interesses dos estafetas colectivamente.” A seguir a uma redução de salários e prémios, houve estafetas que protestaram e foram despedidos, por isso “nós reunimo-nos e, em resposta, decidimos criar o nosso próprio grupo, um grupo em que os estafetas se pudessem entrecujadar. Criei um logotipo, imprimi um código QR ligado a um grupo de discussão WeChat e coleio à traseira da minha motoreta. Chamei-lhe Aliança dos Estafetas. Comecei a receber 30 a 40 pedidos de convite por dia e, a pouco e pouco, o grupo começou a reproduzir-se (um grupo WeChat acolhe um máximo de 500 membros). Actualmente, há um total de 11 grupos de discussão.”

Outra mobilização recente ataca o “996”, que é o trabalho das 9 horas da manhã às 9h da noite, seis dias por semana. Trabalhadores jovens lançaram uma iniciativa chamada “Workers’ Lives Matter”. O projecto foi apresentado como “esforço colectivo para dar mais transparência aos horários de trabalho e unir os jovens contras as horas extraordinárias fora do razoável” e “alguma contribuição para se proibir o 996 e popularizar o 955” – trabalhar, portanto, das 9h da manhã às 5h da tarde, 5 dias por semana, como prevê a lei laboral, que todos os gigantes tecnológicos violam, os Alibaba, Tencent, ByteDance ou Meituan.



Este apelo ao “esforço colectivo” foi escutado, porquanto, em poucos dias, se conseguiu recolher informação de 1.173 empresas, e 6.000 pessoas aderiram ao grupo de discussão. Explica um dos organizadores: “Não sei quanto tempo durará esta discussão dentro da grande muralha da censura chinesa, mas ela já expediu um sinal fortíssimo sobre o cansaço dos trabalhadores chineses. Disseram-me que o documento posto em linha foi consultado um milhão de vezes.”

É extremamente significativo que camadas de trabalhadores isolados e sobre-explorados se tentem organizar pelo respeito dos direitos colectivos do trabalho.

A mesma tendência para a organização se encontra, em moldes diferentes, na mobilização de uma fracção da juventude no início da pandemia. A Aliança dos Jovens Militantes publicou um relatório sobre a actividade dos vários grupos que recenseou durante o ano de 2020. Foi o ano em que a burocracia chinesa, depois de ter começado por tentar camuflar as informações sobre a epidemia de Covid, mobilizou os meios imensos do aparelho de Estado – alicerçado na propriedade social – para adoptar medidas drásticas de combate à pandemia. Não obstante, debelar efectivamente a pandemia requeria a mobilização da população.

Acontece que, como diz o relatório, “o caos criado no início da epidemia abriu espaços que permitiram aos jovens militantes organizarem-se e agirem. Em poucos meses, adquiriram experiência prática. Formaram grupos de voluntários focados na saúde dos trabalhadores da saúde, focaram igualmente os problemas com que os trabalhadores migrantes se deparam em matéria de educação. Os jovens militantes, usando o nome de código de Mask City, deslocaram-se rapidamente, numa espécie de efeito borboleta, para mais de uma dúzia de cidades, entre as quais Pequim, Shenzhen, Xangai, Cantão... Alguns grupos chegaram a

ter mais de uma centena de voluntários”.

Os grupos procuravam obter autonomamente equipamentos de protecção, as máscaras de que careciam os trabalhadores dos serviços de saúde. Esta tendência da sociedade para actuar por si mesma era, é claro, prenhe de ameaças ao regime burocrático, que “rapidamente restringiu esse espaço que se abrira às acções e à iniciativa dos cidadãos e importunou ou mesmo condenou militantes”. Ficaram, porém, as pegadas. O relatório da Aliança de Jovens Militantes abre a seguinte pista de reflexão: “Desenvolver o militantismo operário dos trabalhadores, no dia a dia, nos vários sectores industriais”, pois “a consciencialização dos trabalhadores em relação aos seus direitos deriva da resistência quotidiana à repressão no trabalho.”

Reencontra-se, em moldes diferentes, esta lei fundamental da luta de classes de que a exploração gera a resistência à exploração, de que a classe operária não tem, para lutar, senão a sua organização e o seu número, na mensagem enviada pela HKCTU, a central sindical independente de Hong Kong, por ocasião da sua dissolução forçada (merece nota que, mesmo nestas condições de repressão, um sector significativo da organização se pronunciou por recusar a votação da dissolução). Comentou a HKCTU, depois de lembrar ter sempre trabalhado para desenvolver os sindicatos, para reivindicar um salário mínimo, a regulamentação da jornada de trabalho, o restabelecimento do direito de negociação colectiva, um regime de aposentação, e depois de referir as greves dos trabalhadores dos ferros-velhos em 2007, dos estivadores em 2013, dos varredores em 2017: “O fim da HKCTU é um golpe duro ao movimento operário independente. Ainda assim, estamos convencidos de que a capacidade de resistência dos trabalhadores não se apagará. As contradições engendram oposição, a exploração engendra o combate.”

## ● ANÁLISE

>>> Reparemos, por fim, noutro elemento significativo nestes conflitos: não é preciso explicar que a campanha “*Workers’ Lives Matter*” era, para os jovens chineses, uma referência directa à mobilização da juventude e dos trabalhadores dos Estados Unidos, ao “*Black Lives Matter*”. Afira-se a importância de os jovens chineses se referirem à mobilização da juventude americana no coração do imperialismo, exprimindo, assim, o sentimento de que os seus aliados são as camadas exploradas reprimidas pelo racismo institucional nos EUA e não o apelo à “democracia” americana!

Significativo, ainda, que trabalhadores que se manifestaram em Hunan no mês de Outubro se juntassem ao som d’A Internacional. De notar, igualmente, que um militante membro de uma organização que se reivindica do marxismo na China, ao tomar conhecimento da manifestação organizada pelo POID em França, na embaixada da China em Paris, com a palavra de ordem “*O socialismo são os trabalhadores*”, lhe tenha enviado uma mensagem: “*Obrigado uma vez mais e, não o esqueçamos, trabalhadores de todos os países, uni-vos!*”

É evidente que a ninguém ocorrerá tirar destas indicações, preciosas como são – não sendo mais, por enquanto, do que indicações, e não um movimento geral – que a situação não é complicada. Ainda assim, é incontestável que há por aí uma procura.

Isto, numa situação caracterizada pela pressão do imperialismo, situação que dá alimento a muitos debates entre os militantes chineses que lutam pela organização independente dos trabalhadores e a que nós vertemos como contribuição as nossas reflexões constantes do Manifesto de Alarme adoptado pela conferência do CORQI, onde sustentamos que: “*Para a IVª Internacional, é claro que a ofensiva do imperialismo americano tem como objectivo levar até às últimas consequências o desmantelamento da propriedade do Estado na China, como fez outrora com a União So-*

*viética. Se conseguir, será um golpe fortíssimo não apenas contra o proletariado chinês, mas contra o proletariado mundial. É por isso que a IVª Internacional se pronuncia pela defesa incondicional da China contra o imperialismo americano. Incondicional significa sem pôr “condições” à burocracia. Nesse apoio não cabe, com efeito, a mínima ilusão de que esteja atribuída à burocracia uma missão historicamente progressista.*

*A resistência da classe operária chinesa põe no centro a exigência da democracia. É por isso que a IVª Internacional, incondicionalmente favorável à defesa da propriedade do Estado na China, não confia nenhuma missão histórica à burocracia, considerando que a forma mais segura de preservar as conquistas da revolução de 1949 é o combate através do qual a classe trabalhadora chinesa, com todas as suas componentes, procura impor o seu direito de se organizar e de construir as suas organizações independentes. É no terreno da sua independência (inclusive do aparelho de Estado burocrático) que a classe trabalhadora chinesa conseguirá preservar as suas conquistas. Para a IVª Internacional, o destino dos trabalhadores chineses é indissociável da luta de classes internacional.”*

Dizia um militante chinês, ao discutir este texto: “*Vocês têm razão, é preciso continuarmos independentes do Estado. Tem de se defender a China do ponto de vista da classe operária. Mas não é assim tão simples. Há intelectuais de esquerda que falam de defesa da China, criticam o PCC, mas não apoiam os trabalhadores. É difícil estabelecer relação entre o sofrimento dos trabalhadores e a política do PCC.*”

É algo que vai exigir reflexão no movimento operário renascente. Pela sua parte, a IVª Internacional sustenta que, ao interditar o direito de os trabalhadores se organizarem, a burocracia chinesa está não só a agredir os interesses dos trabalhadores, que não podem defender organi-

zadamente os seus interesses, mas também a própria China – pois quem há-de defender a China se não for o povo trabalhador livremente organizado?

A burocracia abriu o país ao imperialismo. Durante anos, procurou um acordo com o imperialismo. Abstraindo de minudências, é o que continua a procurar. No fundamental, contudo, esta burocracia está entalada entre as duas classes fundamentais da sociedade, a classe capitalista e a classe operária internacional. Até certo ponto, o imperialismo, sem deixar de tentar ganhar terreno, até agora tinha-se concertado com a burocracia. Esse período caminha para o fim. A razão disso é, repete-se, a crise económica mundial e a avaliação que o imperialismo faz do resultado da política de abertura na China. Observa que as empresas estatais continuam a representar a coluna vertebral da economia; e que, enquanto dispuser do controlo do Estado, o aparelho do PCC poderá impor a sua lei.

O que sucederá dentro da burocracia no período que se segue? O futuro o dirá. A luta contra a corrupção, que, durante a última década, se abateu sobre centenas de milhares de pequenos e grandes burocratas, serve de pretexto para calar os interesses particulares e reduzir os riscos de explosão. Vêm-se os círculos dirigentes da burocracia a desdobrarem-se em sinais contraditórios.

Por um lado, a burocracia tenta meter na ordem alguns grandes grupos privados. Acaba de nacionalizar, por exemplo, milhares de escolas de explicações extracurriculares privadas, que pesam seriamente nos orçamentos das famílias, obrigadas a endividarem-se para garantirem o futuro dos filhos. Em nome da luta contra as práticas anticoncorrenciais e da “prosperidade comum”, os gigantes do comércio em linha foram convidados a rever as suas actividades, nomeadamente as bancárias e creditícias em linha, e a tratar melhor os seus assalariados. Segundo explicou Xi Jinping,



136 greves de estafetas no dia 11 de Novembro de 2021, grande dia de saldos na China

o objectivo principal é “prevenir grandes riscos financeiros”.

Por outro lado, desdobra-se em declarações da sua vontade de respeitar e, inclusive, intensificar a abertura ao mercado. Não é só que Xi Jinping emita a ordem de “desembaraçar as empresas estatais das suas obrigações sociais” – referindo-se ao conquistado pelo proletariado na sequência de 1949. É que “*um dos legados duradouros da administração Xi será com grande probabilidade o aprofundamento da reforma e da abertura dos mercados financeiros.*” (Asialyst, 24 de Setembro).

Com certeza que se desenrolaram e desenrolarão debates dentro dela para decidir até onde ir na aceitação das exigências americanas. O sítio “US-China Perception Monitor” escrevia, em Setembro passado: “*Uma coisa é certa: está ao rubro o debate no PCC sobre os méritos da reforma e da abertura, para saber em que ponto está a China no plano da estabilidade social e política.*” O essencial é isso: esta política ziguezagueante, feita de contradições aparentes, não consegue esconder que, no seu todo, a burocracia é restauracionista. Ela

tem medo das massas, de uma mobilização de milhões de operários chineses que instaure de facto o poder da Comuna, liquidando o seu aparelho e os seus privilégios. A burocracia reprime os trabalhadores e os jovens para manter o seu poder.

Se bem que sejam possíveis acordos de circunstância com sectores do aparelho que se empenhem, na prática, numa política de resistência à agressão imperialista, a história longa do movimento operário ensina-nos que só a classe social em cujas mãos está depositado o futuro da humanidade pode travar uma luta eficaz contra o sistema capitalista: a classe operária livremente organizada, em luta pelo socialismo. A luta contra a guerra, pela preservação da paz, para evitar o dramático desmoronamento da China se a abertura ao sistema capitalista mundial em decomposição for levada a cabo só pode ser travada pela classe operária e pelo povo chinês, determinando livremente o seu destino. Em tal sentido, a luta contra a guerra põe a questão da expulsão da burocracia corrupta do poder.

A classe operária chinesa tem uma longa tradição de luta revolucionária. Não é por acaso que a referência à Comuna de Paris – aos delegados eleitos e revogáveis – ressurgiu a cada passo (Cantão em 1927, Xangai em 1967, Pequim em 1989)

“*O socialismo são os trabalhadores*”. Foi este o título, no dia 22 de Maio de 1989, da declaração da IVª Internacional a saudar o imenso movimento de milhões de trabalhadores chineses, de operários, camponeses, estudantes, que se ergueu contra o poder arbitrário da burocracia. Esse imenso movimento, que foi esmagado pela repressão sangrenta, pelo massacre dos trabalhadores e jovens que ocupavam a praça Tienanmen em Pequim, tinha a sua raiz na rejeição, da parte de todas as camadas da população trabalhadora, das “reformas de abertura” decididas pelo governo. Conforme sustentava a declaração da IVª Internacional, “*O exercício efectivo da democracia e a abolição da corrupção como modo de existência de toda uma camada social equivale ao derrube do poder da burocracia, à destruição dos instrumentos do seu poder. É a recusa do*

## ● ANÁLISE

>>> *leilão de regiões inteiras do país para maior lucro do capital imperialista e dos burocratas que lhe servem de intermediários (...). São essas as aspirações que estão no coração do imenso movimento que hoje põe todo o edifício da ditadura burocrática a tremer e põe de novo a China a abalar, uma vez mais, o mundo.* Hoje, no contexto da situação internacional e da situação chinesa que este artigo examina, o problema que se põe é o mesmo.

Em 1989, os trabalhadores e a juventude chinesa ergueram-se contra o arbítrio burocrático. Manifestaram vontade de avançar para um sistema democrático, um sistema que acate a lei da maioria, da maioria que, pelo seu trabalho, foi o alicerce em que assentou a soberania da China e o seu desenvolvimento. Os trabalhadores e a juventude chinesa vincavam, desse modo, o seu repúdio da arbitrariedade e da arrogância de quem tinha a pretensão de falar em seu nome.

Opunham-se às consequências das reformas iniciadas em 1978 de abertura do país às multinacionais. Independentemente da consciência que disso tivessem, estavam-se, desse modo, opondo à política da burocracia que aponta à restauração do sistema capitalista.

Hoje, em circunstâncias diferentes, é o mesmo combate que ressurgue quando os trabalhadores avançam com as suas reivindi-

cações, quando se opõem aos que querem decidir em nome deles, quando tentam tomar à sua conta a organização da luta contra a pandemia.

Mais do que nunca, a palavra de ordem “*O socialismo são os trabalhadores*” reflecte concentradamente a essência da luta dos trabalhadores chineses pelo direito à organização.

Toda a situação fica, de facto, comprimida na seguinte alternativa: ou a burocracia leva o seu rumo restauracionista até às últimas consequências e entrega completamente o país ao imperialismo e às leis da exploração capitalista.

Ou então os trabalhos chineses, livremente organizados, derrubam a burocracia, escorraçam-na do poder e estabelecem enfim a comuna vitoriosa, a república dos conselhos operários. Tal revolução política – que modificará as condições do poder sem atentar contra as fundações sociais saídas de 1949 – vem a ser um elo essencial da luta pela revolução socialista à escala internacional. ●

15 de Novembro de 2021

(1) Este artigo não irá focar em pormenor as relações Estados Unidos-China, expostas no número 21 d’*A Internacional* (Fevereiro de 2021). Nele se determinou que, no contexto da crise aberta do capitalismo, mais do que nunca lavra o antagonismo fundamental entre o imperialismo

mundial e os alicerces da “potência chinesa”, as conquistas, portanto, da revolução de 1949. Isso ainda ganhou mais relevo entretanto. Remetemos igualmente para os números 10 e 11 d’*A Internacional*, em que se ventilam o longo combate do povo chinês pela soberania e a natureza do Estado saído da revolução de 1949.

(2) Taiwan é uma ilha chinesa povoada por chineses, ocupada pelo Japão imperial de 1895 até ao fim da Segunda Guerra Mundial. Em 1945, as tropas da República da China, dirigida por Chang Kaichek, tomaram posse da ilha, abatendo feroz repressão (milhares de mortos), instaurando a lei marcial durante uns quarenta anos, com o apoio dos Estados Unidos, ainda mais acentuado depois de 1949 e da proclamação da República Popular da China no continente. Taiwan passou então a ser uma “República da China” fantoche, ditadura protegida pelo imperialismo americano e pela sua VIIª Armada, mas reconhecida pela ONU, até que foi abandonada pelo imperialismo em troca do reconhecimento da República Popular da China em finais de 1971. Foi nesse momento que o imperialismo, impulsionado pelo presidente Nixon, começou a procurar um acordo com a burocracia para ela “abrir o país”.

(3) Toda a gente sabe que violações dos direitos humanos nada têm que ver com os Estados Unidos, onde de vinte e oito em vinte e oito horas um negro é assassinado por um polícia ou segurança privado.

# “Transição Energética” e Luta de Classes

Adriano Zilhão

Em todo o mundo debate-se acaloradamente de questões candentes para o futuro da humanidade. Estará em jogo a evolução do clima e, consequentemente, do ambiente natural em geral. Para alguns, é o debate e a questão central do nosso tempo.

Os “líderes” do mundo estão reunidos em Glasgow em mais uma tentativa, a n-tentativa, para, ao que parece, salvar o mundo.

**A** PARTIDA, há um debate científico baseado em dados empíricos. A maioria dos cientistas nos domínios da climatologia e da ecologia consideram, na verdade, que o planeta está a sofrer uma mudança climática rápida, que se traduz num aquecimento tendencial do clima.

Este aquecimento terá, além disso, tendência a agravar-se nos próximos anos e décadas, acarretando numerosas consequências potenciais, na sua maior parte prejudiciais ou muito prejudiciais à vida humana.

Mais: o aquecimento terá como causa primária a actividade da própria humanidade. Em traços largos, o processo terá arrancado com a industrialização em larga escala trazida pela revolução industrial.



Mina de cobalto na República democrática do Congo

Esta causa geral do aquecimento desdobrar-se-á num dado número de causas específicas. Em particular, a explosão das emissões de gases ditos com “efeito de estufa”, nomeadamente o dióxido de carbono e o metano, e a redução do coberto florestal mundial, provocados ambos pelas actividades económicas humanas, terão, no essencial, sido a causa de um aumento consequente da concentração de dióxido de carbono na atmosfera.

O aquecimento climático seria consequência directa disso.

A história humana regista, é certo, episódios de aquecimento e arrefecimento significativos do clima, com durações, por vezes, de vários séculos, por exemplo o aquecimento medieval e a pequena idade glacial do séc. XIV ao séc. XIX.

Além disso, só há algumas décadas há dados recolhidos cientificamente que permitam determinar tendências fundamentadas, ao passo que os ciclos do clima se desenrolam a escalas de geralmente muito longa duração à escala humana.

Ainda assim, os modelos probabilísticos aceites pela maior

parte dos cientistas apontam, em geral, uma tendência longa para o aquecimento do planeta, embora com flutuações regionais não despreciables, cujas consequências, mantendo-se invariáveis todos os outros factores, poderão causar graves problemas à civilização humana.

Este é o quadro do debate científico – que não é o deste artigo.

O que nos ocupa é outro quadro, o que toca à maneira em que este debate se reflecte na luta política e na luta de classes.

O autor destas linhas participou recentemente num debate na cidade do Porto, em Portugal, sob a égide do “ecossocialismo”. Nele participou igualmente o reputado sociólogo franco-brasileiro Michael Löwy.

O tema era a relação entre as lutas de classes que se dão e se intensificam por toda a parte e os movimentos surgidos da luta ecologista pela salvaguarda do ambiente e das condições climáticas.

## Do abstracto ao concreto

A alguns quilómetros da cidade

>>>

## ● ANÁLISE

&gt;&gt;&gt;

do Porto, a empresa petrolífera GALP, privatizada há alguns anos e agora controlada pela família mais rica de Portugal, decidiu encerrar a refinaria de Matosinhos e despedir centenas de trabalhadores. A imprensa não escondeu que o encerramento produziria efeito devastador na economia e no emprego da cidade de Matosinhos e mesmo na cidade do Porto.

Os proprietários da GALP passaram a nortear-se pela “transição energética” e o investimento nas energias alternativas, nomeadamente o lítio. No mais, era claro que esta reorientação visava enquadrar-se no segmento “transição verde” do “Programa de Recuperação e Resiliência” lançado pela União Europeia. Objectivo dos accionistas da GALP: garantir para si uma fatia dos milhares de milhões em subsídios prometidos nesse segmento.

Ameaçados pelos despedimentos, os operários da GALP procuraram resistir. A certa altura, circulou na imprensa uma fotografia. Nela se viam operários da GALP entrincheirados atrás de uma faixa que dizia: “Não ao Encerramento da Empresa! Nem um só Despedimento!”

A questão geral antes formulada metamorfoseava-se em escolha concreta.

Devíamos pôr-nos atrás da faixa dos trabalhadores da GALP, ao seu lado, e gritar as suas palavras de ordem?

Ou devíamos pôr-nos frente a eles, a explicar-lhes, mais ou menos amistosamente, por que razão era necessário eles perderem o emprego para o bem do planeta?

Custava a alguns participantes dizer simplesmente: “estamos com os trabalhadores e as suas palavras de ordem, ponto final.”

O dilema, vivo e concreto, provocava mal-estar.

M. Löwy, pelo seu lado, depois de ter explicado longamente que o planeta está à beira do precipício climático, disse que não era possível opormo-nos ao encerramento da (de uma) refinaria.

### Como a questão fundamental se põe muito rapidamente

Compreendem-se, porventura, as hesitações: com o planeta à beira do desastre climático, não será um progresso parar qualquer actividade emissora de CO<sub>2</sub> e de poluição?

Só que.

Primeiro, quase toda a indústria criada no regime capitalista é poluente.

Segundo, os custos não directos das actividades produtivas capitalistas não são suportados pelos capitalistas que as prosseguem.

Essas actividades podem, por exemplo, ser causadoras de uma degradação do ambiente próximo e da saúde dos trabalhadores e habitantes, etc. O custo é então implícito e difuso: o ar poluído, os rios contaminados, má saúde geral.

Ou então esse custo explicita-se nos serviços que remedeiam os prejuízos, serviços de limpeza, de saúde, de descontaminação. Como, na maior parte das vezes, é impossível atribuir com exactidão a causa dos prejuízos a uma dada origem, aqueles custos são suportados pela sociedade e financiados pelos impostos.

A economia oficial chama a tais custos sociais e ambientais da actividade económica “externalidades”.

Pode-se dizer com segurança, de maneira geral, que, se esses custos fossem directamente suportados pelos capitalistas deles responsáveis, grande parte das actividades produtivas deixariam de ser rentáveis em economia capitalista.

A questão que requer uma resposta não pode, pois, ignorar também esta observação: uma das consequências do encerramento de uma fábrica qualquer, de uma central energética, até de serviços que consomem, pelo menos, electricidade, combustíveis e água é, além dos inevitáveis despedimentos de trabalhadores, a poluição e os efeitos ambientais

da actividade humana reduzirem-se, pelo menos no imediato.

Acontece, aliás, que a redução da actividade económica associada à pandemia da Covid-19 nos acaba de fornecer um exemplo bastante esclarecedor.

Que posição hão-de então tomar aqueles que se vêem como defensores tanto dos interesses dos trabalhadores como do ambiente?

No debate acima mencionado, a pergunta deixou o terreno da abstracção geral para o da escolha de trincheira.

A empresa GALP tomara a sua decisão.

Os operários tomaram a deles.

Não havia maneira de evitar uma escolha.

### Os que hesitam

No contexto do debate actual muito confuso na “esquerda”, talvez se pudesse começar por algo de muito simples: pelo menos no caso da GALP, nem o dilema nem o problema existiriam sequer se – e há algum precedente – o encerramento de uma parte da empresa, de uma fábrica, julgado necessário pelo patrão para melhorar o seu negócio, tivesse sido organizado através da oferta interna de postos de trabalho alternativos a todos os trabalhadores, a manutenção das equipas, aumento de salário e promoção na carreira para todos os interessados, bem como os subsídios necessários para compensar eventuais mudanças de residência, etc. Tudo isso acompanhado do direito de os representantes dos trabalhadores se poderem certificar da ausência de alçapões.

Fora esse o caso, nem teria havido polémica ou artigos na imprensa.

Mas houve. É que não foi isso que a GALP decidiu fazer. Nem será isso o que decidirá fazer seja que patrão for nos tempos mais próximos. Até porque há uma política oficial da UE nesta matéria, que promete fundos aos patrões que façam despedimentos

e encerrem em nome do clima (ou da “digitalização”).

A GALP faz o que o governo português e a UE incitam todos os patrões a fazer: “Patrões, aproveitem as ondas “verde” e “digital” e fechem tudo o que já não é rentável ou em breve deixará de o ser! Livrem-se dos trabalhadores com antiguidade e contratos e depois invistam no que vos apetecer, contanto que o pintem de verde e o digitalizem – e sobre vós se entornará uma cornucópia de subsídios do PRR, além de poderdes recrutar pessoal temporário e precário mais barato!”.

## Um dilema mais vasto

Mas cuidado: esta mesma pergunta e este mesmo dilema também podem ser ilustrados de maneira muito diferente. Pelo menos aparentemente diferente.

Um exemplo.

Promovem-se as turbinas eólicas, no contexto da viragem verde. Com a tecnologia actualmente disponível, as pás das turbinas eólicas são muitas vezes compostas por uma madeira muito leve, a balsa. A balsa é uma madeira rara. A maior parte encontra-se nas florestas da República do Equador.

O aumento brutal da procura de balsa originou, dada uma oferta relativamente “inelástica”, um aumento não menos brutal do preço da balsa. As regras do mercado implicam que um aumento brutal de um preço de mercado dê super-lucros a quem se conseguir apoderar do produto em causa. Resultado: uma “corrida” à balsa, a devastação das florestas do Equador e destruição do modo de vida das populações autóctones que lá vivem. E que tentam resistir.

A questão que, nesta versão do mesmo dilema, se põe é a seguinte: estamos do lado das populações autóctones expulsas do seu ambiente, que resistem, e contra a corrida à balsa dos capitalistas e açambarcadores?

Ou estamos do outro lado, a explicar pacientemente às populações que o seu sacrifício é necessário para tornar possível a produção de electricidade “limpa”, que é por sua vez necessária à transição verde da UE e outros que tais?

Para socialistas, a resposta poderá parecer simples: do lado das populações do país oprimido e dependente, contra os capitalistas e saqueadores.

E que fariam os ecologistas?

## Um problema de fundo

Parece existir um problema de fundo por trás de tudo isto. Uma primeira pergunta ajuda a esclarecê-lo, vinda de outro ângulo.

## O que é uma reivindicação?

Uma reivindicação é um pedido dirigido por alguém que não tem poder de conseguir o que reivindica a alguém que (em geral, por via da propriedade) tem o poder de conceder o que é pedido.

Os trabalhadores, sem poder, reivindicam ao patrão, por exemplo, aumentos de ordenado. Ora, aumentos de ordenado são um acto autónomo e soberano do proprietário dos meios de produção. Os operários não têm maneira de concedê-lo a si próprios.

Usam, então, meios de luta colectiva para tentar induzir o patrão a... a quê, exactamente? A praticar um acto soberano, administrativo, legal, contratual, etc., que tenha como efeito os salários subirem a partir de certa data.

Se, ante o confronto ou no confronto com os seus empregados, o patrão chegar à conclusão que, entre vantagens e inconvenientes de recusar e de aceitar, acaba por ser preferível, no caso vertente, aceitar, a reivindicação é satisfeita.

Claro que o patrão tentará mais tarde recuperar o que cedeu, aumentando ritmos de trabalho,

correndo com uns ‘cabecilhas’ e convidando outros para reuniões com canapés e bebidas gratuitas. Tudo para preparar as coisas para, da próxima vez, lhes correrem mais de feição.

Em todo o caso, o poder de aumentar ou não salários continua na mão do patrão.

O que o faz ceder é a relação de forças criada.

## Política e gramática

Na gramática com que nos exprimimos encerra-se muitas vezes muito mais política do que parece.

Quando se diz “dada a situação catastrófica do planeta, etc., temos de fechar refinarias, centrais, cimenteiras”, a língua portuguesa implica que o sujeito da forma verbal “temos” seja “nós”.

Mas quem é este “nós”? Os únicos “nós” que podem efectivamente fechar a refinaria da GALP são os seus donos e proprietários.

Claro que podem fazê-lo *motu proprio*, tipicamente por acharem que, encerrando, acabarão por conseguir melhor remuneração para os seus capitais; ou então porque lhes oferecem “incentivos” que lhes prometem uma remuneração dos capitais melhor do que a previsível se mantiverem a refinaria aberta.

Ou então por serem “empurrados” a fechar pela relação de forças criada.

Deixando para já de lado os “incentivos” (que correspondem, não obstante, à situação real, leia-se adiante), quem criaria a tal relação de forças? Quem poderia “obrigar” os patrões a fechar?

Os próprios trabalhadores da GALP?

Obviamente que não. Eles escreveram na faixa “Não ao Encerramento da Refinaria! Manutenção de todos os Postos de Trabalho!”, não escreveram “Por favor despeçam-nos! Sacrificamo-nos e às nossas famílias para salvar o Planeta! Sejam só

## ● ANÁLISE

>>> um bocadinho misericordiosos connosco!”

A relação de forças a criar seria, portanto, forçosamente, *contra* os trabalhadores. Seria, presume-se, a soma de todos aqueles que favorecem o encerramento da refinaria, seja por entenderem que fechar uma refinaria é sempre uma boa coisa – diga-se de passagem que, para a mesma procura, o encerramento implica mecanicamente que outras refinarias produzirão mais, para compensar a redução da oferta – seja por, no caso do governo, ele defender a propriedade privada e, portanto, a liberdade de os proprietários fazerem o que entenderem; seja, no caso dos próprios proprietários privados, por terem lido no PRR que vão ganhar muito mais dinheiro investindo na “transição verde e digital”, já para não falar da oportunidade, a bem dizer única, de ficarem bem na fotografia ao despedirem trabalhadores.

Se virmos bem, a GALP suscita uma outra questão muito mais geral.

Grande parte da indústria, comércio e agricultura actuais são poluentes. Ora, aplicando o mesmo critério de que fechar algo poluente é sempre bom, a tendência é clara: estar ao lado de quem reduz ou fecha uma indústria, por poluente, e – logo – despede os respectivos trabalhadores.

Mais prosaicamente, é difícil contestar que, seja ou não a coisa correcta a fazer, pormo-nos “do lado oposto ao cartaz” – ou mesmo pormo-nos ‘ao lado’ dos trabalhadores, mas só para lhes explicar que é bom eles serem despedidos e que eles têm é de reivindicar serem despedidos de maneira “justa” – significa decerto que o segmento afectado da classe trabalhadora deixará de querer saber de nós (e, se calhar, também os outros segmentos, que percebem que virão a seguir). Afinal, já há gente suficiente a explicar-lhes que “para distribuir riqueza, é preciso primeiro criá-la”, “para salvar o planeta, vocês

têm de ir para a rua”, etc.

Qualquer que seja a justificação, o efeito, para os operários, é o mesmo.

Também se ouviu muito: sim, realmente só seria possível defender o ambiente eficazmente contra a destruição que o capitalismo dele faz se os trabalhadores derrubassem o capitalismo. Só que, infelizmente, “não há tempo para isso”; “a revolução não é para amanhã”; “o planeta não pode esperar”; ou outra variante ainda mais engenhosa.

### Mas então quem é o agente da mudança?

Só que tudo isto somado significa uma de duas coisas: ou que está tudo perdido, e boa noite; ou que o capitalismo sempre pode salvar o planeta, se, porventura, for devidamente “empurrado”, quiçá “obrigado”, a ir tomando, à sua maneira, as medidas necessárias para salvá-lo.

Resta, neste último caso, responder outra vez à pergunta: *empurrado por quem, obrigado por quem?* Quem seria o agente dessa mudança, dessa “pressão”?

Os trabalhadores, que “têm” que ser despedidos? O movimento operário organizado, que se veria, aliás, cada vez mais enfraquecido ou mesmo destruído? Obviamente que não.

Então, quem?

Se ficamos no terreno do marxismo, só as classes sociais mudam o mundo, no seu movimento para defender os seus interesses de classe.

Há, em todo o caso, corolários óbvios:

- Se o capitalismo, com alguma pressão, é capaz de salvar o planeta, então o melhor é, de facto, aguentar o capitalismo em nome da salvação do planeta, ainda que seja à custa da miséria dos trabalhadores – e é, porque o capitalismo é isso mesmo;
- Em alternativa, se o capitalismo não pode salvar o planeta, se é o capitalismo que o está a

afundar, então a única classe que pode derrubar o capitalismo, a classe trabalhadora, é também a única entidade que pode também salvar o planeta. E pode-o ao prosseguir simplesmente o seu interesse de classe.

Um dos pilares do marxismo é a compreensão de que o capitalismo não só *pode* ser derrubado, como que há *uma classe cujos interesses específicos a levam a querer derrubá-lo* – e essa classe é a grande maioria da população, os explorados.

Porém, é mais ou menos evidente que os sectores que se pretendem mais avançados e conscientes dessa classe só conseguirão mobilizá-la e dirigi-la para o derrube da classe dominante se apoiarem e incentivarem sem reservas todas as suas lutas, as mais elementares como as mais avançadas. Se, por esta ou aquela razão, se virarem contra elas, perderão o resto da classe. Quando muito, terão de procurar aliados noutros sítios...

A inevitável separação de águas que o dilema acima exposto impõe corresponde, de facto, à realidade a que hoje assistimos.

A gramática política apanhados.

### O ponto de vista da “humanidade”

Continua a ter de se definir quem é “nós”. Há que escolher.

Ou “nós” é a classe operária, os trabalhadores, os assalariados.

Ou querer-se-á dizer, com “nós” qualquer coisa como, digamos, “a humanidade”? Ou até algum grupo da humanidade definido de outro modo, por exemplo “os homens de boa vontade”?

Tem a humanidade, enquanto tal, interesses comuns, que precedem e preferem aos das classes que a compõem?

Se se entende que sim, verdade ou não, isso não é decerto marxismo. O marxismo diz exactamente o contrário.





Manifestação dos operários da refinaria de Matosinhos (Janeiro de 2021)

É certo que há muitos séculos que há organizações de outro cariz que entendem o contrário do marxismo. Que, precisamente, dizem que o que “é preciso” para introduzir ou defender o bem no mundo e combater ou extirpar o mal é a coligação dos homens de boa vontade.

Essas organizações acabam invariavelmente a praticar autos da fé.

O marxismo não pensa que homens de boa vontade, mesmo coligados, possam transformar o mundo.

O marxismo pensa que as classes, na sua luta quotidiana e histórica por interesses próprios, contraditórios com os de outras classes, transformam o mundo.

Não é que não seja possível falar de humanidade e de história da humanidade. É. Mas é-o, quando muito, num ponto de vista de tão alta abstracção que só serve para pura análise retrospectiva, sem grande interesse prático imediato.

Pode por exemplo dizer-se o seguinte, que não é destituído de interesse para o debate actual:

Quando, há uma dezena de milénios se generalizou a transição das sociedades de caçadores/recolectores para sociedades de pastores e agricultores, a humanidade entrou num novo ciclo da sua existência. Conseguiu multiplicar a produtividade do seu trabalho e, portanto, a produção dos bens necessários à sobrevivência e multiplicação dos grupos humanos. Pela primeira vez,

era possível acumular excedentes duradouramente. Isso teve pelo menos dois efeitos: criou a possibilidade de um grupo pequeno se apropriar de uma parte do trabalho e do produto da grande maioria subjugada sem que a sociedade necessariamente se desmoronasse (diferenciação em classes sociais); e gerou uma densificação e multiplicação rápida da população como consequência quase mecânica da relativa abundância de alimento. Isto criou um novo ciclo da vida humana, já não inteira e directamente dependente da Natureza ambiente, mas cada vez mais também socialmente autodependente. Passou a tornar-se necessário arrancar sempre mais à terra (ou à terra de vizinhos, donde guerras de conquista) para alimentar a classe proprietária e as novas camadas administrativas, religiosas, militares e letradas necessárias ao funcionamento das novas sociedades complexas, bem como a população crescente. E as densidades populacionais tornaram-se para sempre incompatíveis com o regresso ao velho modo “natural” da caça e recolecção.

Este novo ciclo inelutável e brutal representa aquilo a que chamamos história e progresso da civilização.

Tudo isto é, indiscutivelmente, uma descrição retrospectiva de um processo que diz respeito à humanidade como um todo. Processo largamente inconsciente que, na realidade vivida, foi cheio de vicissitudes, avanços

e recuos, violência e confrontação, ao longo de milénios.

A humanidade só existe, pois, como sujeito da história retrospectivamente. Sujeitos activos da história real da humanidade são as forças vivas da sociedade que se defrontam em função dos seus interesses materiais e, subsidiariamente, intelectuais, espirituais, etc.

Nesse sentido, como agente e sujeito da história, não há humanidade, há classes sociais.

## Interesse comum para nos salvarmos todos? Nem isso

Na situação que vivemos, não há, portanto, um interesse comum da humanidade, nem sequer em “salvar-se” da mudança climática.

Ainda que se admita que há uma espécie de apocalipse climático num horizonte próximo – e não há cientista sério que faça tais predições; fala-se das probabilidades de certas ocorrências tal como calculadas por certos, variados modelos matemáticos – a “salvação” da humanidade é completamente diferente segundo as classes sociais de que se esteja a falar.

Para a classe dominante, trata-se de saber se os ‘governos’ estão a tomar as medidas certas para criar incentivos para ‘empurrar’ os mercados para enveredar por caminhos que reduzam, via mão invisível, as emissões de CO<sub>2</sub>, etc. Prometendo, portanto, aos investidores, a essa mesma classe dominante, que farão lucros superiores se se meterem por aí.

Sem tais “incentivos” e garantias, eles ficam como estão. O mesmo de sempre, em suma, transição climática ou não.

Assinale-se, sem a aprofundar, uma contradição óbvia e insanável. Se os mercados são incapazes de, pelo seu próprio funcionamento, conduzirem ao resultado certo “para a humanidade” a não ser que haja algum “iluminado” que

## ● ANÁLISE

>>>

se lembre de criar mercados artificiais, do preço do carbono e outros que tal, o que é que nos garante que essa mão, bem visível e iluminada, que está a ‘empurrar’ os mercados em tal sentido e que, forçosamente, não é, ela própria, seleccionada por forças de mercado, mas sim pela “ciência” ou por economistas profissionais bem pagos ou seja por quem for, é ‘eficaz’ ou ‘ótima’?

E se não é, porquê, para chegar a esse resultado, passar sequer pelos mercados e pelos incentivos aos lucros do capital?

### As transições de que o capitalismo é capaz

Seja como for, o caso é que o capitalismo só pode (e, portanto, não pode) “resolver o problema” da “transição energética” segundo o esquema clássico de uma crise capitalista. Neste caso, uma crise capitalista provocada – mas com os mesmos elementos clássicos: destruição massiva de forças produtivas, encerramento de empresas, despedimentos; reconstrução eventual, incerta no tempo e no espaço, de novos sectores e empresas com novas tecnologias e novos trabalhadores – naturalmente, com salários mais baixos, permitidos pelo desemprego em massa, etc.

Disse-o recentemente o director do diário de referência em Portugal, o *Público*, com todas as letras, ao louvar os planos da Comissão Europeia: “as 13 medidas propostas pela Comissão vão ter um custo anual de 350 mil milhões de euros [quase o dobro do PIB de Portugal], vão impor mais gastos às famílias em comida ou transportes, vão arrasar milhões de postos de trabalho e vão condenar milhares de empresas à inviabilidade pelos maiores custos do mercado de emissões de carbono.”

Em França, o redactor do programa económico de Macron disse, no fim de Agosto, no jornal patronal *Les Echos*, que “a transição ecológica vai ser brutal, muito mais do que se imaginava”,

explicando que era urgente, para “descarbonizar” a indústria, desmantelar grande parte do aparelho produtivo existente. Isto, pago, por um lado, pelos trabalhadores e suas famílias, obrigando-os a “*reafectar recursos do consumo para o investimento*”, forçando-os a mudar de caldeira, de automóvel, etc. Por outro lado... pelos trabalhadores e famílias, outra vez, dado o Estado ter de subsidiar grande parte do processo, com “*um efeito negativo nas finanças públicas*”, asfixiando os serviços públicos ainda mais do que já estão. Com o resultado de “*perdas de poder de compra para muitas famílias*”.

Este é, exposto *urbi et orbi*, o programa da “transição energética”.

Ora bem: devem os trabalhadores, que não têm poder, pedir ou reivindicar a “transição energética”? Forçosamente, *esta* transição energética. Não tendo poder, os trabalhadores só a podem aceitar ou combater, não podem inventar outra.

Esta transição é, no mais a única possível no âmbito da União Europeia e do sistema mundial vigente de que ela faz parte.

Apor à transição energética adjectivos “bem sonantes”, tipo “justa” nada muda. A própria UE e acólitos o fazem. Não são burros.

### Os trabalhadores não reivindicarão o seu próprio despedimento.

Independentemente do que possam pensar intelectuais alarmados pelo apocalipse climático: os trabalhadores não vão pedir o seu próprio despedimento em massa nem a redução do seu salário e poder de compra. Sagazes, os trabalhadores não vão ver muito bem por que é que a salvação do planeta há-de implicar a sua própria destruição para salvar o capital financeiro.

Com razão.

Custa igualmente entender

como é que os trabalhadores ainda devessem pedir ou reivindicar uma tal “transição energética justa”, sabendo que, privados de poder, seriam dela vítimas.

Transição energética justa é, aliás, o nome de um fundo criado pela União Europeia para pôr a andar um mercado da caridade para as vítimas da transição.

A resposta, clara e bom som, é, pois: não!

Não faltarão intelectuais alarmados pelo apocalipse climático que ficarão muito ofendidos pela incompreensão e burrice dos trabalhadores agarrados aos seus postos de trabalho “obsoletos”. Não é preciso ser grande apostador para saber que eles acabarão a ajudar e a incitar os capitalistas a despedir em série.

Os ‘Verdes’ alemães poderão em breve ser a ponta de lança de uma ofensiva brutal do imperialismo alemão contra os trabalhadores alemães e de toda a Europa em nome do clima e do ambiente.

Já se anunciam dezenas de milhares de despedimentos no sector automóvel, sector-chave da economia alemã.

Os mais sofisticados ambientalistas chamarão aos trabalhadores ‘ludditas’. Alguns fazem-no já.

Recorde-se que os ludditas eram operários que destruíam as máquinas acabadas de introduzir nas manufacturas capitalistas do séc. XIX. Criam eles que a causa da sua miséria eram as máquinas, não os capitalistas. Estava-se, de resto, na fase ascendente do capitalismo, historicamente progressiva.

Os operários da GALP não queriam destruir as máquinas. Queriam mantê-las. Quem queria destruí-las eram os capitalistas.

### Necessidade ditada pela ciência?

Resta o tal debate sobre a necessidade da transição energética, independentemente de considerações políticas. Determi-

nada pela ciência, ponto final.

Como se indicou a abrir este artigo, a ciência conclui maioritariamente que o aquecimento climático observado desde a revolução industrial e, em particular, nas últimas décadas, exibe (de modo não linear) forte correlação com a actividade humana e, nomeadamente, a emissão de gases decorrente da industrialização.

A maioria dos modelos construídos pelos climatólogos prevê igualmente uma probabilidade elevada de continuação do aquecimento climático médio nas próximas décadas, com certas consequências contingentes.

Porém, a política não decorre mecanicamente da ciência. Muito menos da ciência “prospectiva”, pois a ciência trata de probabilidade de certas ocorrências em certas circunstâncias, e a política trata da determinação das “circunstâncias” – do que acontecerá na e à sociedade humana em função dos interesses que, nela se entrecrocando, ganhem a batalha.

### “Transformar regiões gigantescas em paisagens lunares”

Pegue-se no que escrevia o chefe de redacção do semanário alemão *Der Spiegel*, liberal e verde, ao apresentar aos leitores, na sua edição de 30 de Outubro, as conclusões das suas investigações sobre as implicações da transição energética em condições de “economia de mercado”: “(...) *os meus colegas descrevem (...) um dilema fatal desta luta: assim, para salvar a Terra, parece que vamos ter de dar cabo de grande parte dela. As tecnologias verdes – energia solar, eólica, carros limpos – carecem de quantidades inimagináveis de matérias-primas, como cobre, lítio e*

*cobalto. Para extrai-las, vai ser preciso que grandes grupos mineiros com operações à escala global transformem regiões gigantescas em paisagens lunares.*”

Não surpreende que liberais e ecologistas privilegiem os estragos feitos às paisagens naturais aos estragos causados à “paisagem humana”.

Tenha-se, no entanto, a certeza de que as paisagens humanas deixadas por esta transição feita sob a égide do capitalismo não serão menos lunares. São-no já, cada vez mais.

O artigo de fundo apresentado pelo chefe de redacção do *Der Spiegel* desenvolve o cenário de pilhagem encarniçada dos países



DER SPIEGEL 30 de Outubro de 2021

dependentes de que se alimentará a “transição energética” do capitalismo. A fotografia de capa da revista ilustra-o excelentemente.

Os grandes grupos, com garantias da rentabilidade a longo prazo dos investimentos “alternativos” graças a mecanismos como o preço do carbono e outros generosos incentivos e bazucas, atiram-se às reservas de co-

bre, cobalto, às florestas de balsa, às “terras raras”. Fazem-no com os seus métodos tradicionais: destruição das paisagens e sociedades autóctones, corrupção das “elites” compradores locais, golpes de Estado, guerras...

### Para salvar a Terra, destruí-la

Para salvar a Terra, destruí-la: é um resumo justíssimo do que a transição verde do capitalismo reserva à humanidade.

Há uma razão profunda para isso. No capitalismo, o mecanismo do “progresso” é determinado por uma fórmula:  $c+v+mv$  (capital fixo, capital variável, mais-valia/lucro).

Não entram como factores na equação nem “pessoas”, nem educação, nem clima, nem ambiente, nem natureza, nem futuro. Entra apenas  $mv/c+v$ .

Com os trabalhadores no poder político, social e económico, as contas mudam.

De que precisamos para viver? Em que quantidades? Que recursos há para isso? Como queremos produzir aquilo de que precisamos? Que tecnologias temos ou queremos desenvolver? Quais são os efeitos prováveis das diversas escolhas possíveis na sociedade, na natureza?

A transição da equação descrita acima para esta descrição é a única transição energética que os trabalhadores têm interesse em visar.

“Nós” será então correctamente utilizado. O pronome designará os produtores como um todo e os consumidores como um todo – são os mesmos – a decidirem colectivamente da utilização dos recursos e dos meios de produção como um todo. ●

## ● ANÁLISE

## Brasil

# Fora Bolsonaro! Por um Governo para os Trabalhadores!

Anísio G. Homem

Este texto pretende lançar alguma luz sobre a situação política no Brasil, abordando aquilo que, a nosso ver, são os elementos centrais para o aprofundamento de um diálogo urgente e necessário entre militantes do movimento dos trabalhadores e da juventude. É incontestável que estamos diante de um grave quadro social alimentado pelo governo Bolsonaro em nome dos interesses capitalistas nacionais e internacionais, em particular do mercado financeiro e do imperialismo dos EUA.

A intenção não é esgotar o assunto, nem aprofundar neste texto todos os pontos apresentados ao debate. Espera-se com ele dar informações aos leitores d'*A Internacional* em diversos países do mundo, mas, também torna-lo um texto de contribuição visando forjar ações comuns na luta de classes no Brasil.



Rio de Janeiro, 3 de Julho de 2021

## A miséria cresce e também a rejeição a Bolsonaro

**A**S CENAS DE PESSOAS desesperadas com fome catando ossos de boi, descartados por um açougue no Rio de Janeiro, chocaram o país e o mundo. Outra cena, dias depois, mostrava mulheres interceptando um caminhão de coleta de lixo, em frente a um supermercado de um bairro de luxo de Fortaleza (Ceará), em busca de sobras de comida jogadas fora. É o retrato da miséria crescente que ronda a vida de parcela dos brasileiros. Matéria no site da Central Única dos Trabalhadores (CUT) informa:

*“Hoje, o Brasil tem quase 20 milhões de pessoas passando fome 24 horas ou mais em alguns dias e 24,5 milhões que não sabem como vão se alimentar no dia a dia, de acordo com levantamento da Rede*

*Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan)”*.

O próprio jornal Folha de São Paulo, tradicional órgão de imprensa de um setor ligado ao grande capital, revela em artigo publicado em 13 de outubro:

*“Embora o Brasil seja um dos maiores produtores globais de soja, carne e milho, esses produtos são commodities, com preços negociados em dólar —moeda em que muitos brasileiros mais ricos têm se refugiado neste momento de incerteza política, econômica e fiscal, pressionando sua cotação”*.

É clara a questão: especula-se com a comida que falta na mesa de parte dos brasileiros.

Nos últimos atos por “Fora Bolsonaro”, acontecidos pelo país no dia 2 de outubro, inúmeras faixas e cartazes chamavam a atenção para a carestia nos preços dos alimentos e combustíveis. Outras faixas eram contra a contrarreforma administrativa que destrói os serviços públicos, contra a privatização dos correios e da

Eletrobras, etc. Em muitos atos, dirigentes sindicais, petroleiros participaram com colunas e barraquinhas, distribuindo panfleto explicando que os combustíveis e o gás de cozinha estão caros por conta da política de preços do governo que privilegia os enormes lucros especulativos dos acionistas privados internacionais da empresa, que acabaram de receber, em agosto deste ano, cerca de 31 bilhões de reais em dividendos.

Segundo os organizadores dos atos, 700 mil manifestantes participaram dos protestos em mais de 200 cidades do país e no exterior. Desta vez, além das Centrais Sindicais, movimentos populares e os partidos com referência na classe trabalhadora como o PT, PSOL, PCdoB, PCO e PSTU, partidos de direita como DEM, PSDB, PSD, PSL, NOVO também estavam entre os que convocaram formalmente estes atos. Todos participam da chamada Frente Ampla contra Bolsonaro.

Na verdade, a adesão destes partidos de direita não acrescentou público às manifestações. Em entrevista à TV 247, no dia 2 de outubro, Aloizio Mercadante, ex-ministro de Lula e presidente da Fundação Perseu Abramo do PT, foi obrigado a reconhecer: “...o mais grave é que [estes partidos – NdR] não romperam com Paulo Guedes, que foi assessor econômico do Pinochet e traz esse neoliberalismo autoritário (...) O DEM está no governo, o PSDB também”. Na prática a direita representante do grande capital continua votando as contrarreformas de Bolsonaro de interesse do mercado financeiro e do empresariado no Congresso Nacional. Isso aconteceu recentemente na Comissão Especial da Câmara dos Deputados que apreciou a PEC 32 de destruição dos serviços públicos e na chamada PEC dos Precatórios, que deu o calote de 89 bilhões de reais em sentenças judiciais que estabelecem o direito a servidores públicos e pequenos fornecedores a receber o que lhes é devido.

O Presidente da CUT, Wagner

Freitas, falou em seu discurso no ato na Avenida Paulista, em São Paulo, no dia 2 de outubro: “*Cada dia que Bolsonaro permanece no governo é mais miséria, mais desemprego e mais morte. E não há tarefa mais importante para nós trabalhadores do que por fim a esse governo genocida e que extermina o futuro e os sonhos da classe trabalhadora brasileira*”.

Fernando Haddad, ex-candidato a presidente da República pelo PT em 2018, acompanhou o que havia dito Freitas: “*A eleição é daqui a um ano. Pergunte ao povo da periferia, ao povo do campo, pergunte aos desempregados, pergunte aos alunos do ensino médio que ficaram ao ‘Deus-dará’ [referência a um discurso de Bolsonaro – NdR] se é possível esperar um ano para acabar esse pesadelo. Não dá*”.

No dia seguinte às manifestações por Fora Bolsonaro, dia 3, foi divulgada a notícia de que o ministro da Economia, Paulo Guedes, está envolvido nas denúncias do Pandora Papers. Ele – assim como grandes empresários e banqueiros do país – é dono de conta (offshore) no paraíso fiscal das Ilhas Virgens Britânicas com valor atual de 50 milhões de reais (mais de 11 milhões de dólares). A conta de Guedes no exterior, proibida para altos funcionários do governo, cresceu 14 milhões de reais nos últimos anos em decorrência da própria política econômica de dólar alto que ele mesmo patrocina à frente do Ministério. Enquanto isso, o dólar nas alturas vai empobrecendo os trabalhadores e o povo brasileiro.

### **Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da COVID e o fim dos atos “Fora Bolsonaro”**

No dia 26 de outubro, foi aprovado por 7 votos a 4, o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado da República, criada em 13 de abril e que investigou a atuação do governo Bolsonaro du-

rante a pandemia. A Covid 19 matou até este momento no país mais de 610 mil brasileiros. O relatório pede o indiciamento do Presidente da República por 9 crimes. Ela também pede o indiciamento de outras 65 pessoas (entre elas os três filhos políticos do presidente, ministros e ex-ministros), além de duas empresas, por crimes cometidos na condução da pandemia do coronavírus. Bolsonaro é acusado dos seguintes crimes: Epidemia com resultado de morte; De medidas sanitárias preventivas; Incitação ao crime; Falsificação de documentos particulares; Charlatanismo; Prevaricação; De responsabilidade; Emprego irregular de verba pública; Contra a Humanidade. O relator retirou do relatório a imputação dos crimes de genocídio e homicídio, por divergências com o presidente da Comissão. Os 9 crimes de que Bolsonaro é acusado renderão a ele, se condenado judicialmente, a pena de 38 anos e 9 meses de prisão, segundo o Código Penal brasileiro. A acusação de crime contra a humanidade permite que o Tribunal Penal Internacional de Haia seja acionado. O relatório foi encaminhado ao Ministério Público para as providências legais. A desconfiança é que o Procurador Geral da República, que tem se mostrado aliado de Bolsonaro, vá fazer de tudo para que a coisa caminhe lentamente ou nem caminhe. Existem hoje, mais de 130 pedidos de abertura de processo de *impeachment* (afastamento) do presidente da República depositados na Mesa do presidente da Câmara dos deputados, que é quem pode decidir individualmente o trâmite parlamentar destes pedidos. São as regras antidemocráticas de uma instituição reacionária que carrega dentro de si muitos procedimentos trazidos da ditadura militar.

O relatório da CPI do Senado apresenta comprovadamente o que já se sabia, que o governo Bolsonaro, com sua política de imunização natural de rebanho, tratamento precoce com remédios comprovadamente ineficazes, caos

## ● ANÁLISE

>>> no atendimento aos pacientes com a falta de oxigênio, contra a vacinação em massa e corrupção na compra de vacinas, levou à morte milhares de brasileiros, quando isso poderia ter sido evitado. Mas, ao invés do relatório ser usado para alimentar novas e maiores manifestações, os organizadores da “Campanha Nacional Fora Bolsonaro”, majoritariamente composto por entidades sindicais e populares como a CUT e o MST, e partidos como o PT, PSOL e PCdoB, resolveram desmarcar as novas manifestações por “Fora Bolsonaro” anunciadas para 15 de novembro, dia da proclamação da República. Em seu lugar embutiram o “Fora, Bolsonaro” como uma palavra de ordem dentro dos tradicionais atos do dia da “Consciência Negra”, em 20 de novembro. Mas, mesmo a consigna de “Fora Bolsonaro” está sendo substituída por estas direções por “Bolsonaro, Nunca Mais”, que já foi adotada na convocação de atos de mulheres marcados para o dia 4 de dezembro. O “Bolsonaro, Nunca Mais” é a expressão política de subordinação ao calendário eleitoral que prevê eleições presidenciais apenas em outubro do ano que vem.

Apesar de 6 datas de manifestações pelo “Fora Bolsonaro” desde o primeiro semestre deste ano, com centenas de milhares de participantes por todo o país, estes atos sempre foram em finais de semana e feriados e as direções da classe trabalhadora rejeitaram a construção da greve geral para reforçar a posição independente dos trabalhadores, aceitando a contenção das manifestações como um jogo de pressão sobre o Congresso Nacional para restringir a sanha autoritária de Bolsonaro.

Para o grande capital, o mercado financeiro, a direita partidária nacional, Bolsonaro e suas atitudes de ultradireita, criando tensões e ameaças de golpe ditatorial bonapartista permanente contra as próprias instituições de dominação capitalista no país, alimentam um ambiente político perigoso diante de uma crise social agudizada pela pandemia e pela própria agenda de

contrarreformas e privatizações que vem tirando direitos e empobrecendo os trabalhadores e a maioria da população. O problema para a burguesia é que um eventual impeachment (destituição) de Bolsonaro pode animar poderosas manifestações de massa que façam desmorrer todo o governo, inclusive a queda do seu vice, o General Mourão e até haver o questionamento das instituições reacionárias como o STF e o Congresso Nacional. É bom lembrar que foram estas instituições que em 2016 deram legitimidade ao golpe da destituição da presidente Dilma, do PT, e em 2018, cada uma a seu modo, colaborou para impedir Lula de concorrer e ganhar as eleições, montando assim uma fraude judicial e eleitoral que resultou na inesperada “vitória” ilegítima de Bolsonaro.

O grande capital foi capaz de tirar lições do que havia se passado com as grandes mobilizações nos EUA, no Equador, Chile, Peru, Colômbia, Paraguai, Bolívia e escolher a estratégia mais prudente de buscar enquadrar Bolsonaro – e seus filhos, que são parlamentares em vários níveis – usando por vezes a ameaça do impeachment, mas também a de acionar o judiciário e a polícia federal para prender gente do seu clã familiar e futuramente até o próprio Bolsonaro, assim que ficar sem o mandato de presidente. A criação da CPI da COVID no Senado é parte desta estratégia de ameaça constante. É preciso considerar que diversos aliados de Bolsonaro (até mesmo um deputado) foram presos por ameaças ao STF (Supremo Tribunal Federal). Depois da tentativa desesperada e fracassada de golpe autoritário de Bolsonaro em 7 de setembro, o grande capital o fez apresentar uma carta pública, escrita pelo ex-presidente Michel Temer, de submissão às instituições diante da iminência da expedição de uma ordem de prisão a um de seus filhos, que já estava na mesa de um juiz do STF.

O mercado financeiro trabalha agora com o plano de seguir com Bolsonaro enquadrado (mesmo

com circunstanciais arroubos autoritários de pequeno dano) até as eleições de 2022, quando imagina poder substituí-lo por alguém mais confiável de maneira mais tranquila através de eleições. Até lá o objetivo é fazer passar no Congresso Nacional a agenda de contrarreformas e privatizações já enviadas pelo governo Bolsonaro ao parlamento, mas atrasada pelo ambiente político tumultuado de crise constante nas cúpulas da classe dominante.

O grande capital e a direita tem dois motivos essenciais para buscarem um candidato alternativo de sua confiança para eleger e substituir Bolsonaro em 2023: o primeiro deles é que Bolsonaro é um fator de intranquilidade institucional perigoso; o segundo, é que ele está em franco declínio de popularidade e perde eleitoralmente para Lula, do PT. Como disse um banqueiro: “*Bolsonaro é inadmissível, Lula é indesejável*”.

### **E a classe trabalhadora neste contexto?**

Voltemos ao que disse o Presidente da CUT, Wagner Freitas, no dia 2 de outubro no ato Fora Bolsonaro de São Paulo: “*Cada dia que Bolsonaro permanece no governo é mais miséria, mais desemprego e mais morte. E não há tarefa mais importante para nós trabalhadores do que por fim a esse governo nociva e que extermina o futuro e os sonhos da classe trabalhadora brasileira*”.

Primeira constatação: a miséria, o desemprego, o preço dos combustíveis e alimentos só aumentou do dia 2 de outubro para cá.

Segunda constatação: realmente não há nada mais importante do que por fim a esse governo.

E, no entanto, a direção da CUT concordou em cancelar o ato Fora Bolsonaro do dia 15 de novembro. Na 16ª plenária nacional da CUT, realizada de 21 a 24 de outubro, com mais de 950 delegados de sindicatos filiados de todo o país, nenhum plano de greve nacional para expulsar Bolsonaro e Mourão do governo e derrotar sua

agenda de ataques às condições de vida da classe trabalhadora e do povo. O Presidente da Central Única contentou-se em declarar: “*Se não tiver impeachment agora, faremos o julgamento de Bolsonaro nas urnas em 2022 elegendo Lula presidente*”. Como os pedidos de impeachment estão bloqueados pela decisão do presidente da Câmara dos deputados, Arthur Lira, em não leva-los à apreciação do Plenário, então, o “julgamento de Bolsonaro” fica para as urnas em outubro de 2022.

Retornemos ao que disse Fernando Haddad, ex-candidato a presidente da República pelo PT em 2018 e da direção nacional do partido, no mesmo ato em que estava o Presidente da CUT: “*A eleição é daqui a um ano. Pergunte ao povo da periferia, ao povo do campo, pergunte aos desempregados, pergunte aos alunos do ensino médio que ficaram ao ‘Deus-dará’ se é possível esperar um ano para acabar esse pesadelo. Não dá*”.

Tem razão Haddad, não “...é possível esperar um ano para acabar esse pesadelo”. Mas por que então o PT concordou em por fim aos atos por “Fora Bolsonaro” e preocupar-se centralmente com a campanha eleitoral do final do ano que vem?

O editorial do Boletim da Organização Comunista Internacionalista (OCI), *Emancipação Proletária*, no dia 4 de outubro, abordava assim a questão da continuidade da luta pelo Fora Bolsonaro: “*É hora da CUT e do PT, junto com outras representações dos trabalhadores e da juventude, convocarem a classe trabalhadora a uma greve geral pelo fim do governo Bolsonaro e sua política econômica que enriquece bilionários que evadem divisas e sonegam impostos através de suas contas no exterior. É hora de pensar em como lutar para conquistar um governo dos trabalhadores*”.

Para a OCI, um governo dos trabalhadores teria entre suas atribuições, além de revogar as contrarreformas dos direitos trabalhistas e da previdência pro-

movidos pelos governos de Temer e Bolsonaro a serviço dos golpistas de 2016 que destituíram a presidente Dilma, teria também que:

- reverter a privatização de parte da Petrobras, Eletrobras e da Vale do Rio Doce;

- reduzir a jornada de trabalho sem redução de salário para aumentar a oferta de empregos,

- acabar com o teto de gastos com os serviços públicos e investir mais em saúde, educação, saneamento básico e habitação popular;

- promover a reforma agrária e defender a Amazônia;

- combater a fome;

- deixar de pagar a dívida pública ilegítima e que suga cerca de 50% do orçamento anual da União em juros e supostas amortizações que, contraditoriamente, só fazem a dívida crescer astronômicamente.

Para a OCI, a democracia que os trabalhadores precisam defender é aquela que permita retirar o poder das mãos de uma minoria de exploradores e transferi-la para a maioria que produz com o seu trabalho a riqueza do país.

## A confissão de um banqueiro

Apesar do aumento da miséria e do ressurgimento da fome no país, os bancos nunca ganharam tanto dinheiro, mesmo com a pandemia. No primeiro semestre de 2021, no auge da crise sanitária, os maiores bancos do país lucraram 62 bilhões de reais, 53% a mais que no mesmo período do ano passado.

Um áudio vazado de uma conversa recente do banqueiro André Esteves, do banco de investimentos BTG-Pactual, com alguns clientes, esclareceu qual é a avaliação de setores financeiros sobre a situação do país e seus temores diante da sucessão presidencial do ano que vem.

Esteves deixa claro que para o mercado a regra de ouro para eventual apoio a qualquer presidente que venha a assumir em 2023 é o compromisso com a con-

tinuidade da chamada “política macroeconômica” de ajuste fiscal, privatizações e exploração salarial que garanta os lucros dos grandes capitalistas. Resumidamente o que indicaria um governo da confiança dos banqueiros é aquele que permita a eles indicar antecipadamente um ministro da economia entre seus pares e a eleição de um congresso nacional manipulável. Quanto ao presidente do Banco Central, o atual, ainda estará na gestão por mais dois anos após a escolha do próximo presidente e isso seria um alívio para o mercado financeiro, mesmo se Lula, do PT, estiver no comando do governo, segundo Esteves.

O que o CEO do BTG-Pactual deixa claro, assim como outros banqueiros também já revelaram, é que apesar das desavenças com Bolsonaro não haveria dificuldades em apoiá-lo contra Lula nas eleições do ano que vem. O problema é que as pesquisas eleitorais mais recentes só confirmam as anteriores: Bolsonaro está cada vez mais frágil eleitoralmente e não tem chance de derrotar Lula, o que arrisca que as eleições se decidam já no 1º turno, como iria acontecer em 2018 se o candidato indicado inicialmente pelo PT não tivesse sido fraudulentamente tirado da disputa. Desta vez, não há como incriminar Lula e simplesmente tirá-lo do páreo, isso poderia desencadear uma revolta incontrolável contra as instituições que a própria direção do PT não poderia contornar como aceitou fazer em 2018, indicando um substituto para Lula.

No áudio, André Esteves diz não temer o Lula do CPF (Certidão de Pessoa Física diante da Receita Federal) e sim o Lula do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica), o sujeito social. O que os banqueiros temem é o Lula CNPJ realmente, o que carrega atrás de si a expectativa de dezenas de milhões por mudanças sociais profundas e que estão organizados no PT, em outros partidos com referência nos trabalhadores, na CUT e nos sindicatos, nos sem-terra, nas entidades estudantis e de jovens, nas organizações popu-

## ● ANÁLISE

>>> lares.

O temor do banqueiro Esteves tem razão de ser. Uma experiência de 13 anos de governos do PT, entre 2002 e 2014, deixou lições em setores da militância. Uma delas foi a de que não basta eleger e deixar que o governo resolva tudo, ainda mais com a existência de instituições reacionárias constituídas para impedir que os trabalhadores e a maioria do país possam ditar democraticamente seus interesses, opondo-se à exploração e opressão capitalista. Há também a noção, que é verdadeira, de que as forças capitalistas internacionais e nacionais se uniram para destituir Dilma em 2016, prender Lula e cassar sua candidatura em 2018, afim se acelerar medidas de retiradas de direitos históricos que agora, os trabalhadores pensam em ver restituídos.

É esse temor que faz com que os setores capitalistas mais importantes e a grande imprensa, como a Rede Globo, tentem montar uma candidatura alternativa a Lula e Bolsonaro, que chamam de terceira via. Uma espécie de candidatura de centro. O insucesso até aqui desta manobra é que os possíveis candidatos de terceira via tem se mostrado representantes de um bolsonarismo sem Bolsonaro, uma vez que seus partidos estão agarrados à agenda de contrarreformas que Bolsonaro – no interesse do mercado – enviou ao Congresso Nacional.

### O dilema da burguesia e a construção da Frente Popular

O dilema da burguesia não tem nada a ver com o caráter autoritário de Bolsonaro. A questão é outra: Bolsonaro é um incômodo, mas, seria aceitável utilizá-lo mais uma vez desde que a agenda econômica de pilhagem sobre o povo seguisse em frente. O problema é que Bolsonaro é um candidato sem possibilidades de vitória eleitoral diante de Lula. E se Lula ganha contra Bolsonaro, numa situação e quem isso pareça ser a verdadeira disputa de 2018

que foi evitada pelo golpe da fraude institucional, então, todas as medidas de Bolsonaro aprovadas – entre elas a contrarreforma da previdência – podem ser questionadas com muita força e legitimidade pela ação dos trabalhadores.

O imperialismo, a burguesia nacional, por outro lado, apesar de apostarem prioritariamente na candidatura de terceira via para derrotar Lula, sabem dos riscos futuros de deixar o candidato do PT – favorito para vencer – concorrer com uma chapa de partidos exclusivamente oriundos da classe trabalhadora. Por isso, começa a ser incentivada a aliança para que Lula tenha como vice-presidente o ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, que saiu do antigo partido do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o PSDB, e se deslocou para um partido burguês de menor estatura e que tem dentro de si um setor recém-chegado ligado a um governador que era do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e um deputado federal que era uma liderança nacional do PSOL (Partido Socialismo e Liberdade). Alckmin, quando governou o Estado de São Paulo, atuou como um privatizador e alguém completamente comprometido com os interesses dos grandes empresários. Na eleição de 2018 ele foi candidato a Presidente pelo PSDB contra Bolsonaro e não chegou ao segundo.

Muitos na direção do PT, e o próprio Lula, apesar de não reconhecerem oficialmente as conversas com Alckmin, não negam tampouco a possibilidade de ele ser o candidato a vice. O fato é que a direção do PT trabalha com a hipótese reeditar os chamados governos de coalizão dos 13 anos em que o partido esteve na presidência da República e que levou à política do ganha-ganha, na qual supostamente ganhavam os grandes empresários e banqueiros e ganhavam os mais miseráveis com as políticas sociais compensatórias, enquanto a conta era paga com a reforma da previdência sobre os servidores públicos (2003), com forte Imposto de Renda sobre assalariados médios e

o congelamento da reforma agrária, etc. Em 28 de julho deste ano, numa entrevista à uma TV mexicana, o canal *Once*, Lula repetiu o que sempre disse sobre seus dois mandatos: “*Nunca na história do Brasil os empresários ganharam tanto dinheiro, os proprietários rurais ganharam tanto, os banqueiros ganharam dinheiro. Mas, os trabalhadores também ganharam dinheiro. A economia cresceu, nós geramos empregos, o Brasil virou protagonista internacional*”.

Como marxistas sabemos que se os capitalistas ganharam dinheiro é porque essa conta saiu da exploração de alguns setores assalariados e médios, senão a conta não fecha.

### A CUT corre o risco de desfiguração

A 16ª Plenária da CUT discutiu um “Projeto Organizativo” para a Central a ser confirmado pelo seu Congresso (CONCUT), em 2023.

Uma emenda apresentada pela corrente majoritária, Articulação Sindical, propunha a filiação à CUT de entidades religiosas, esportivas, de imigrantes como “*entidades fraternas*”, sem direito a voz e voto, mas filiadas. A CSD, corrente sindical vinculada ao Secretariado Unificado (SU), acrescentou a essa proposta o direito de voz e voto como têm os representantes de sindicatos, federações e confederações. No final, a proposta de filiação das “entidades fraternas” foi aprovada por cerca de 70% dos votos dos delegados, ficando a definição sobre se será com direito a voz e voto para o CONCUT de 2023.

Entidades religiosas dentro de uma central sindical? Isso é trazer para o interior dos sindicatos a divisão religiosa, quando o que unifica os trabalhadores são suas reivindicações em comum. Do mesmo modo as entidades esportivas e suas torcidas organizadas não ajudam a unificar os trabalhadores. O próprio trabalho da CUT com imigrantes pode e deve ser feito tendo como parâmetro a extensão



dos direitos trabalhistas e sociais e o direito à sindicalização na categoria à qual pertencem e não como um setor apartado e diferenciado e sendo usados como mão-de-obra super-explorada para baixar o preço geral da força de trabalho.

A entrada de entidades de natureza não sindicais coloca em risco o caráter sindical da CUT e de seus sindicatos. Essa não é a resposta aos problemas de sindicalização de novos tipos de trabalhadores como os funcionários de aplicativos, por exemplo. Tampouco, é a resposta adequada à necessária organização dos desempregados.

Essa ameaça de desfiguração do caráter sindical da Central Única, no momento em que os trabalhadores mais precisam de seu instrumento elementar de luta para defender-se do arrocho salarial, ameaças de demissões e retirada de direitos, parece sinalizar que num eventual governo Lula a CUT deixará de ser um instrumento reivindicativo e de pressão sobre um governo que os trabalhadores elegeram para ser uma agência de obras sociais, como aconteceu com o sindicalismo argentino nos tempos de Peron.

O mesmo risco de dissolução corre o PT se aderir à formação da chamada “federação de partidos” recém-aprovada pelo Congresso Nacional e que abre as portas para que, por exemplo, se replique no Brasil a formação da Frente Ampla uruguaia que permitiu a diluição do Partido Comunista, partido histórico da classe trabalhadora daquele país, numa mesma agremiação com a Democracia Cristã. As federações de partidos, tal qual define a lei são verdadeiros novos partidos.

A crise mundial do capitalismo, o recrudescimento da luta de classes, tornam perigosos para a burguesia qualquer instrumento de organização na qual a classe trabalhadora possa se agarrar para defender seus objetivos imediatos e históricos diante do seu antagonista de classe.

## Desindustrialização e luta pela terra

No redesenho da divisão internacional do trabalho a classe operária brasileira está sobre o ataque da desindustrialização acelerada do país e sua ampliação como produtor mundial de commodities agrícolas e minerais. A sanha de desindustrialização é tão grande que o governo Bolsonaro mandou fechar a CEITEC, única empresa estatal do Brasil e da América Latina a produzir semicondutores, mesmo numa conjuntura de carência deste suprimento para outros setores industriais como o automobilístico. A luta pela reativação da CEITEC reavivou na conjuntura.

No campo, a expansão da fronteira agrícola para o agronegócio, reacende com força a luta pela terra, o que coloca em risco até mesmo as já conquistadas por quilombolas e outros sem terras, mas, também as fronteiras de demarcação das terras indígenas, cobiçadas para a agricultura, a pecuária e a extração de minérios.

Portanto, a luta pela terra no Brasil, que parecia adormecida reacende com toda a força e conflito, e traz consigo a necessária unidade entre operários e camponeses para defender tanto as unidades produtivas fabris como a reforma agrária e os direitos indígenas às suas terras. O dólar caro é parte de uma política econômica para favorecer os grandes lucros especulativos destes setores que comercializam *commodities* agrícolas e minerais e irrigam os paraísos fiscais e o mercado financeiro mundial, enquanto internamente geram uma alta dos preços dos alimentos e a desvalorização dos salários. O agronegócio deve em impostos mais de 1 trilhão de reais.

A expansão das terras agrícolas está queimando e desmatando as reservas florestais brasileiras numa ação especulativa de pilhagem criminosa, principalmente na Amazônia. Neste sentido, não há nenhuma dúvida que o capitalismo, a expansão desenfreada do

lucro são inimigos da preservação do ambiente e dos desequilíbrios climáticos que ameaçam o país de desertificação, principalmente na região sul, fruto da falta de umidade proveniente da Amazônia.

## A viagem de Lula à Europa e aos EUA

No dia em que sentamos para finalizar este texto a imprensa nos informa da reunião de Lula com Josep Borrell, vice-presidente da Comissão Europeia e Alto Representante da União Europeia para Relações Exteriores.

O Encontro de Lula com dirigentes e parlamentares de partidos europeus fundados pelos trabalhadores, assim como com dirigentes sindicais mundiais da Confederação Sindical Internacional (CSI) não nos causa estranheza, dado que Lula é uma liderança de um partido de trabalhadores, mas qual o sentido de uma reunião com um alto representante da Comissão Europeia?

A Comissão Europeia quem, em benefício dos capitalistas, impõe os critérios da União Europeia sobre os trabalhadores e os povos do continente fazendo-os arcar com o peso da dívida, a redução de despesas com serviços públicos, a redução e precarização de salários, a perda de direitos trabalhistas e previdenciários, as privatizações, obedecendo, guardadas certas proporções, as mesmas regras que o ajuste fiscal e os interesses do mercado financeiro e do imperialismo impõem em nosso país. Então, que acordo político poderia ser extraído com a Comissão Europeia para uma política no Brasil diferente da aplicada por Bolsonaro e seu ministro da economia, Paulo Guedes?

Em dezembro Lula irá aos Estados Unidos. O Boletim *Transición* nº 30, de outubro de 2021, publicado pela Liga Comunista Internacionalista (LCI) do México, informa de um acordo entre o presidente mexicano, Lopez Obrador, e dos EUA, Joe Biden, de lançar a proposta de tratado de livre comércio continental, uma espécie

## ● ANÁLISE

>>> de T-MEC (tratado entre México, EUA e Canadá) ampliado para todo o continente americano. Trata-se de voltar a tentar impor a velha Área Livre Comércio das Américas (ALCA) só que com nova roupagem.

A ALCA pretendia submeter os governos da América Latina a mecanismo que os subordinavam aos interesses de Washington. O Acordo propunha, tal como na União Europeia, uma moeda comum no continente, no caso, o dólar. Estipulava ainda que assessores da Casa Branca participassem da elaboração de novos contratos comerciais assinados por cada nação latino-americana. A ALCA foi rejeitada pelos povos e no Brasil sua rejeição pelo governo Lula à época foi sustentada por um amplo plebiscito popular. Nenhuma pressão da União Europeia ou de Biden podem levar Lula a

aceitar a ALCA, desta vez batizada de T-MEC ampliado.

### Conclusão

Do nosso ponto de vista, a partir dos elementos da conjuntura realçados acima, a OCI deve atuar no próximo período no Brasil procurando dialogar com militantes dos partidos que se referenciam na classe trabalhadora, nos sem partidos, que atuam na luta dos trabalhadores e da juventude, com a finalidade de ações no seguinte sentido:

Continuar combatendo pelo Fora Bolsonaro, mesmo nas lutas parciais, buscando retomar a generalização desta campanha;

Combater, juntamente com os 30% dos delegados cutistas, numa ampla campanha pela rejeição da proposta de “filiação fraternal” de entidades religiosas, esportivas,

etc, à CUT;

Continuar a insistir na necessidade da organização de uma greve geral nacional dos servidores públicos contra a PEC 32 que destrói os serviços públicos, única maneira possível de barrar essa contrarreforma o que não é possível simplesmente com ações pontuais de pressões e conversas com deputados;

Preparar uma boa delegação do Brasil à Conferência Mundial contra a guerra, o trabalho precário e a exploração (ver matéria sobre isso);

Lançar a proposta de um Encontro Nacional para discutir “que tipo de governo os trabalhadores precisam” para reverter a política de Bolsonaro e do grande capital para o Brasil e fazer valer democraticamente suas aspirações. ●

## México

# Por uma frente única anti-imperialista pela renacionalização do sector energético

Pela direcção da Liga Comunista Internacionalista

O presidente Andrés Manuel López Obrador (conhecido como AMLO) apresentou no dia 1 de Outubro passado uma proposta de reforma constitucional para o Estado poder recuperar 54% da produção de energia eléctrica.

Um ano antes, tinha conseguido que fosse adoptada uma série de modificações legislativas menores que limitavam os lucros das grandes empresas de electricidade, obrigando-as a investir na infra-estrutura. Estas primeiras reformas foram travadas pelos tribunais com o argumento de inconstitucionalidade e violação do Estado de direito e das garantias de investimento.

**A** NOVA PROPOSTA visa reformar artigos constitucionais, recuperando parcialmente a gestão da produção de energia para o Estado.

A oposição das multinacionais, das câmaras patronais e dos partidos políticos tradicionais não se fez esperar, ameaçando eles recorrer aos instrumentos do Tratado de Comércio Livre México-Estados Unidos-Canadá (TMEC) para abatê-la.

O governo AMLO e o seu partido MORENA recusam-se, pela sua parte, a convocar mobilizações populares com medo de se verem ultrapassados. Preferem negociar com os partidos tradicionais e a oligarquia.

Nesta situação, a Liga Comunista Internacionalista (que luta pela formação de um Movimento para um Partido Operário Independente) lança a discussão sobre a necessidade de apoiar criticamente a iniciativa presidencial, defendendo a palavra de ordem de renacionalização a 100% da indústria nacional da energia e por um apelo nacional à mobilização em tal sentido.

### O contexto

A Constituição mexicana de 1917, saída da luta revolucionária de 1910, declara, no seu texto original, no artigo 27º: “A propriedade



18 de Março de 1938: o presidente Cárdenas decreta a nacionalização do petróleo.

*das terras e das águas dentro dos limites do território nacional pertencem originalmente à nação... A nação tem, a todo o momento, o direito de impor à propriedade privada modalidades ditadas pelo interesse geral, assim como de regulamentar o uso dos elementos naturais susceptíveis de apropriação, a fim de proceder a uma repartição equitativa da riqueza pública... A nação exerce o domínio directo sobre todos os minérios e jazidas, superficiais ou no sub-solo... os combustíveis minerais sólidos, o petróleo e todos os hidrocarbonetos sólidos, líquidos ou gasosos... o domínio da nação é inalienável e imprescritível...”*

O governo de Lázaro Cárdenas (1934-40), realizara uma ampla reforma agrária, nacionalizara os caminhos de ferro e a indústria petrolífera<sup>(1)</sup>. Nos anos seguintes, anularam-se concessões mineiras<sup>(2)</sup>.

## ● ANÁLISE

>>> Em 1960, o presidente López Mateos nacionalizou as empresas eléctricas estrangeiras de capital britânico e norte-americano, especialmente a Mexican Light and Power Company. Mais tarde, criou-se a Comissão Federal de Electricidade.

A partir da presidência de Carlos Salinas (1988-94), começaram modificações legislativas parciais, acompanhadas de reformas graduais do artigo 27º.

Durante trinta anos, os governos do PRI e do PAN atribuíram progressivamente concessões, licenças e contratos aos capitalistas nacionais e estrangeiros. Integrandos ou reprimindo quem se opusesse às medidas.

Em 2013, o presidente Peña Nieto obteve uma maioria nas duas câmaras do Parlamento<sup>(3)</sup>, que lhe permitiu fazer uma reforma radical da Constituição. Esta abriu de par em par as portas do sector da energia às companhias privadas estrangeiras<sup>(4)</sup>, iniciando um processo de pilhagem da nação sem precedentes<sup>(5)</sup>.

As empresas privadas obtiveram condições de exploração privilegiadas, assentes no princípio de socialização dos prejuízos e privatização dos lucros.

O melhor exemplo destas manobras contra a nação e os trabalhadores foi o decreto de liquidação da companhia Luz y Fuerza del Centro (em 11 de Outubro de 2010), que deixou sem trabalho mais de 44 mil trabalhadores sindicalizados no sindicato mexicano dos electricistas (SME), violentamente expulsos do seu posto de trabalho pela polícia federal.

Antes do encerramento, o governo investira milhões de dólares para renovar as infra-estruturas, instalar fibra óptica, no intento presumível de poder oferecer serviços telefónicos, de internet e de televisão (que renderiam à empresa pública recursos superiores a 100 mil milhões de pesos por ano). Após o encerramento, esta infra-estrutura foi entregue aos lucros de empresas privadas como a Televisa, Movistar e TV Azteca, que

não tinham contribuído nem um peso.

Hoje, os preços elevados da gasolina e da electricidade pilham os recursos da classe operária, enquanto grandes empresas como a Coca Cola, Bimbo ou Walmart beneficiam de enormes subsídios<sup>(6)</sup>.

### Em que consiste a reforma presidencial?

Se a reforma for aprovada, os artigos 25º, 26º e 27º serão modificados em benefício da Comissão Federal de Electricidade (serviço público): 54% da produção de electricidade passaria a ser controlada por ela, e todas as actividades relacionadas com o sector eléctrico passariam a ser consideradas como “*campo estratégico reservado exclusivamente à nação*”.

A iniciativa procura rever os contratos assinados durante as últimas décadas, examinar as licenças, que, nos casos em que sejam “*prejudiciais*” ou “*leoninas*”, seriam anuladas, com o compromisso do governo de não fazer negócios com as respectivas empresas, ou seja, não lhes comprar energia.

A reforma integra igualmente a exploração exclusiva do lítio pela nação.

### É necessário nacionalizar a energia

Não é segredo para ninguém: a política do governo dos Estados Unidos visa, há décadas, “abrir” o sector da energia no México. As sucessivas tentativas de modificação do artigo 27º foram a prioridade das administrações norte-americanas, fossem elas republicanas ou democratas.

A intenção é dispor de uma reserva segura de recursos naturais para o imperialismo norte-americano. Os governos mexicanos obedeceram quase servilmente àquelas exigências, prossequindo a secular tendência para o saque.

Durante as três últimas décadas, pôs-se em prática uma política de interligação energética<sup>(7)</sup>. Subordinação que joga a favor dos inter-



Manifestação do Sindicato

esses geo-estratégicos norte-americanos.

Ora, o controlo da energia é crucial para a nação poder exercer a sua soberania e garantir o seu progresso.

Por isso, é indispensável que o Estado controle o sector e que se afectem ao seu desenvolvimento todos os meios necessários, colocando o sector sob o controlo dos trabalhadores, de molde a garantir o acesso de todos aos serviços públicos.

### Contra a reforma: entre hipocrisia ecologista e tratado de comércio livre

Os grupos patronais tomaram posição contra a reforma. Organizações como o Instituto Mexicano da Concorrência (IMCO) deram o sinal de alarme: “*A reforma é uma regressão... irá fazer subir as tarifas para os consumidores*”<sup>(8)</sup>. Em comunicado, insurgem-se contra a violação do “*Estado de direito*”, portanto, do quadro legal que permitiu a privatização, em particular os tratados de comércio livre: o Acordo de Comércio Livre



mexicano dos electricistas contra a liquidação da sua empresa (2013)

Norte-Americano (NAFTA) e o Tratado de Comércio Livre México-Estados Unidos-Canadá (TMEC).

Empresas de consultoria ao investimento, como a Deloitte, anunciam o colapso do mercado da energia e dos seus organismos reguladores<sup>(9)</sup>, as câmaras patronais, como a COPARMEX, qualificam a reforma de “tóxica para as famílias”<sup>(10)</sup>.

O PAN encabeça uma campanha activa contra a reforma, ameaçando o PRI de romper a aliança entre ambos se este último aceitar apoiar a iniciativa presidencial<sup>(11)</sup>.

Outra coisa se não pode esperar daquilo a que se costuma chamar a “mafia do poder”, a oligarquia, mas há quem tenha caído na armadilha dos argumentos de que a reforma iria de encontro ao ambiente.

O argumento “ecológico”, arvoado com hipocrisia, pretende que a reforma constitucional acabaria por desenvolver a produção de “energias sujas”<sup>(12)</sup>, queixando-se amargamente do recuo da produção eólica e solar<sup>(13)</sup>.

## AMLO, promessas por cumprir

Durante anos, López Obrador opôs-se publicamente às privatizações e prometeu acabar com elas mais do que uma vez. As suas obras criticam o NAFTA, que ele responsabiliza pelas vagas de emigração. Em 2007 e, depois, em 2013, mobilizou milhões de mexicanos em todo o país para se oporem à privatização da empresa pública de petróleo, a PEMEX.

Em 2012, manifestou a sua oposição ao encerramento da companhia Luz y Fuerza e prometeu que revogaria o decreto de encerramento<sup>(14)</sup>.

Em 2018, 32 milhões de cidadãos votaram por AMLO, para acabar com o saque e a corrupção, para pôr na rua os partidos do antigo regime e as suas contra-reformas.

O voto em AMLO reflectiu as aspirações de milhões, a força das mobilizações populares e das organizações que tinham tomado posição contra as privatizações.

Todos os que votaram nele esperavam que, ao tomar ele

posse como presidente, se marcaria o início de uma política de defesa da soberania, de renacionalização. Não foi assim. Durante os três anos da sua governação, propôs apenas meias-soluções ou mudanças que não põem em causa as privatizações anteriores. Apostou na negociação com os grupos do poder, excluindo as massas populares.

Em contradição com o seu discurso anterior, negociou e assinou o TMEC e pô-lo em execução. Além de se ter vergado à política migratória de Trump, hoje a de Biden.

Tais decisões vão de encontro às aspirações anti-imperialistas das amplas massas populares, que sentem, com boas razões, que as privatizações as privaram de algo que lhes pertencia.

As mobilizações massivas das últimas décadas mostraram uma determinação em reconquistar o petróleo, a energia eléctrica, as minas... e, de modo geral, tudo o que fora privatizado. Essa vontade esbarrou, porém, no obstáculo das direcções políticas nacionais burguesas do Partido da Revolução Democrática (PRD) e do MORENA.

## As contradições do governo AMLO. Pela revogação do TMEC

A propaganda governamental repete à compita: “A energia eléctrica é tua, vamos restituí-la!”

Esta afirmação é uma meia verdade. A presidência não fala de renacionalizar o sector da energia a 100%, mas apenas de recuperar o controlo de 54% da produção. Os 46% restantes continuam nas mãos do privado.

AMLO lança, portanto, uma proposta que só em parte responde à reivindicação popular. Subordinado ao quadro da propriedade privada dos meios de produção, não vai até às últimas consequências necessárias para garantir a soberania energética e esbarra nas contradições do seu próprio governo.

## ● ANÁLISE

>>> AMLO aceitou o quadro do TMEC. Declarou que tudo o que se relaciona com o sector da energia está excluído dele, mas isso não é exacto.

O governo dos Estados Unidos aceitou formalmente retirar a proposta de integrar o sector da energia nas matérias abrangidas pelo TMEC... sem, porém, desistir da proposta. O texto final é ambíguo, ao ponto de ser susceptível de interpretações contraditórias nesta matéria.

A interpretação de AMLO é a seguinte: *“No capítulo da energia, há dois parágrafos em que fica, e só neles, preceituado o direito absoluto e soberano do México a decidir em matéria de política da energia no espírito do artigo 27º da nossa Constituição”*<sup>(15)</sup>.

Ora, os senadores dos Estados Unidos têm uma leitura completamente diferente<sup>(16)</sup>, considerando que o TMEC garante a abertura dos mercados a todos os investidores, também no sector da energia<sup>(17)</sup>.

Tanto a oposição mexicana como o governo dos Estados Unidos desdobram-se em recursos junto dos tribunais, com acusações de violação das garantias de investimento, de entrave à concorrência e, mais geralmente, de obstrução ao “comércio livre”.

Pode ser que o governo consiga fazer passar a reforma, mas a sua aplicação irá esbarrar outra vez nos cadeados institucionais, que obstarão à sua execução prática no âmbito do TMEC.

Não pode haver autêntica soberania em matéria de energia sem romper com o TMEC!

### **AMLO e MORENA não querem a mobilização das massas**

Há poucas semanas, mais de seis milhões e meio de mexicanos participaram numa consulta popular para exigir que se julgassem os antigos presidentes do país. AMLO e o seu partido adoptaram uma posição ambígua neste assunto, apelando à reconciliação.

Quanto à reforma da energia, é manifesta a mesma oposição a mobilizações de qualquer tipo. O governo prefere um acordo de “cúpula” com as cúpulas institucionais<sup>(18)</sup>.

Tendo em conta que o MORENA perdeu a maioria no Parlamento (onde fora maioritário durante três anos), o presidente apelou a parlamentares do PRI, propondo-lhes uma aliança e que eles votassem a favor da reforma.

O governo da Quarta Transformação, que diz governar para o povo, exclui o povo e os movimentos sociais que o levaram ao poder.

### **Uma voz dissonante, a de Paco Ignacio Taibo II**

Um militante reputado, fundador do MORENA, o historiador Paco Ignacio Taibo II, deu expressão à contradição do governo quanto à reforma, ao dizer: *“Vamos a ver: o Andrés Manuel vai conseguir fazer tudo sozinho, do alto do seu governo? Não, é preciso dizer-lhe a verdade: Andrés, não vais conseguir lá chegar sozinho, do alto do teu governo; precisas do povo organizado, caramba! Temos de ser nós a quinta alavanca da “Quarta Transformação”. Povo organizado, povo que defende, povo que propõe, povo que critica. Temos que nos libertar do medo da crítica que muitas vezes se apodera de nós quando acedemos ao poder.”*

No mesmo tom, Taibo II dirige-se, com razão, ao presidente, mandando-lhe esta mensagem: *“Precisamos do povo organizado e, nas próximas batalhas, teremos ainda mais necessidade dele do que quando era preciso para ganhar as eleições. Pois, nessa altura, estávamos em período de ascensão, e bastava subir à crista da onda; já não é assim.”*

É exactamente isso: a mobilização de toda a nação para reconquistar a energia eléctrica é indispensável. Infelizmente, porém, esta posição encontra-se isolada no seu próprio partido, onde, nos últimos anos, tem sido de bom

tom acusar as mobilizações ou as críticas ao governo de cumplicidade *“com a direita e os conservadores”*<sup>(19)</sup>.

### **Uma política de frente única anti-imperialista. Juntar um apoio esmagador à reforma**

As recentes sondagens do Gabinete de Comunicação Estratégica e do gabinete de sondagens [pollis.mx](http://pollis.mx) indicam que 63,8 a 69,7% dos interrogados apoiam a reforma presidencial, o que mostra até que ponto a exigência de renacionalização do sector da energia está viva e até que ponto o ímpeto das mobilizações dos últimos anos contra a privatização do petróleo e da electricidade continua vivo.

Se, como se disse, se pudesse convocar um referendo nesta matéria, não subsiste dúvida alguma de que o resultado da votação seria maioritariamente favorável à renacionalização, embora tudo dependa da capacidade que a mobilização tenha para o impor.

Para nós, militantes da Liga Comunista Internacionalista, é claro que a reforma de AMLO tem os seus limites. Não põe o problema de fundo da expropriação de toda a indústria da energia a benefício do povo do México.

A proposta de reforma não põe em causa o quadro do respeito da propriedade privada dos meios de produção porque o seu programa tem carácter burguês.

Não obstante, ao tentar impor o controlo da indústria energética pelo Estado, AMLO tem que afrontar os interesses imperialistas e, do mesmo passo, as ilusões das massas.

Por isso a LCI-CORQI apela às organizações populares e sindicais para que formem uma frente única pela renacionalização total do sector da energia, que verá na proposta presidencial um primeiro passo e uma alavanca nesse sentido.

Apelamos a pôr em campo uma campanha de propaganda e de agitação pela renacionalização do sector da energia e, por conseguinte, pela ruptura com as leis, acordos e tratados que a proibem.

Apelamos para que as centrais sindicais que se reclamam da democracia, os sindicatos e correntes sindicais como a CNTE, tomem posição a favor da reforma e pela renacionalização do sector da energia.

Consideramos que a hora é de mobilização nacional, até ao mais recôndito recanto do país, para incitar AMLO a ir até às últimas consequências, para exigir aos parlamentares que aprovelem a reforma apresentada e, se o não fizerem, exigir a convocação de uma assembleia constituinte para o povo modificar a Constituição.

Estas palavras de ordem podem reunir uma ampla frente única de movimentos sociais, sindicais, indígenas e populares, que apoiam um avanço neste sentido e cujas lutas estão estreitamente ligadas.

## Preservar a independência de classe

Não subsiste dúvida de que é dever da classe operária e das suas organizações avançar para a reconquista da soberania nacional.

Condição indispensável para isso, porém, é que a classe operária se exprima como actor político distinto e independente, não se submeta às manobras do poder e ao jogo dos partidos políticos.

O que a experiência de três anos de governo bonapartista de AMLO tem mostrado é que a classe trabalhadora não pode esperar que as reformas necessárias venham de cima. Neste ponto de vista, a criação de organizações que defendam os interesses da classe operária está na ordem do dia, em primeiro lugar um partido

dos trabalhadores da cidade e do campo que lute para assumir a direcção política da nação mexicana.

É esse o sentido do impulso dado pela LCI à reunião nacional de 20 de Novembro pela constituição de um movimento por um partido operário independente.

### México, 15 de Novembro de 2021

(1) Leão Trotsky obtivera de Lázaro Cardenas asilo político no México. Quando se tomaram as medidas de nacionalização, Trotsky discutiu com a secção mexicana da IVª Internacional a necessidade de impulsionar uma política de frente única anti-imperialista. Para referência a esta discussão, veja-se a compilação *Escritos Latinoamericanos*.

(2) Desde o início da conquista do México, a sua principal actividade económica foi a exploração mineira, particularmente a extracção de ouro e prata.

(3) Sabemos hoje que empresas como a Iberdrola e a Odebrecht ofereceram luvas aos directores das empresas públicas, dirigentes sindicais da SUTERM e do sindicato dos trabalhadores do petróleo. Nas últimas semanas, vieram à luz denúncias da compra do voto de aprovação das reformas privatizadoras e de corrupção, tal como de convivência entre as empresas e políticos de todas as cores políticas, beneficiando estes de lugares nos conselhos de administração, negócios vários e contratos de vários milhões.

(4) "Quem beneficiou da reforma da energia?" (*El Financiero*, 2 de Janeiro de 2019).

(5) Um relatório publicado pela organização Fundar assinala que, entre 2000 e 2010, as empresas mineiras extraíram quase 380 toneladas de ouro, o que equivale a pouco mais do dobro da extracção durante o período colonial.

(6) Estas empresas pagam o kilowatt/hora a até quatro vezes menos que as famílias (*Heraldo Binario*, 16 de Outubro de 2021).

(7) Integração eléctrica entre o México e os Estados Unidos (ONEXPO Nacional, 6 de Novembro de 2017).

(8) Pode consultar-se na página internet do Instituto: <https://imco.org.mx>

(9) [www2.deloitte.com](http://www2.deloitte.com)

(10) <https://coparmex.org.mx/>

(11) *Reforma*, 8 de Outubro de 2021.

(12) Embora a maior parte da produção provenha, de facto, de energias fósseis, isso não é um problema só no México, mas a nível internacional, com as suas raízes na forma de produzir em sistema capitalista. O problema da ecologia e do ambiente não se resolverá com a instalação individual de painéis solares em cada lar, mas com a transformação do sistema como um todo.

(13) Chegou-se a ouvir dizer que o governo proibiria o uso de painéis solares nas casas e pequenas empresas. Veja-se em <https://laotraopinion.com.mx/la-reforma-electrica-de-amlo-prohibira-paneles-solares/>.

(14) No dia 5 de Fevereiro de 2012, ele comprometeu-se por escrito, em carta ao SME e à OPT, a recuperar a actividade da Luz y Fuerza Centro se acesse à presidência.

(15) *Expansion Política*, 24 de Outubro de 2020.

(16) *El Economista*, 21 de Julho de 2021.

(17) *Acclaim Energy: Porque precisa o México de uma rede eléctrica melhor integrada com a América do Norte*.

(18) Como aconteceu quando das mobilizações pela interdição da sub-contratação e contra a reforma do sistema de aposentações (AFORES). Em ambos os casos, as "negociações" de cúpula acabaram com esses ataques a serem aplicados para maior benefício de patrões e banqueiros.

(19) Tais acusações foram feitas pelo partido presidencial contra a mobilização dos professores e do seu sindicato, a CNTE, contra as mobilizações das mulheres e contra as greves animadas pelos sindicatos independentes.

## ● DISCUSSÃO

# Discussão com o Movimento Alternativa Socialista (MAS) de Portugal (continuação)

Em Junho de 2021 ocorreu um encontro entre delegações do grupo *A Internacional*, secção portuguesa do CORQI, do colectivo de animação do CORQI e do MAS (Movimento Alternativa Socialista, grupo português que se reivindica do programa da IVª Internacional, provindo da corrente animada por Nahuel Moreno). A delegação do MAS transmitira antes as suas reflexões escritas sobre o *Manifesto de Alarme* adoptado pelo 3º encontro internacional do CORQI de Novembro de 2020. Em conclusão da discussão, decidiu-se, designadamente, que a revista do CORQI, *A Internacional*, publicasse as reflexões do MAS sobre o *Manifesto de Alarme* (veja-se o número 23 d’*A Internacional*) e, no número seguinte, a delegação do colectivo de animação do CORQI publicasse as suas próprias reflexões sobre o texto dos camaradas da MAS.

**É** NECESSÁRIO especificar qual o tipo de discussão que queremos iniciar *no ponto actual*. Ainda não estamos na situação de estarmos a tentar redigir um documento comum, situação em que seria necessário formular com exactidão todas as matizes. Convém olhar para a realidade.

A realidade é que nós e o MAS temos uma raiz comum, mas longínqua: a IVª Internacional até ao seu desmembramento em 1950-53 e, depois, durante um período curto, na luta por tentar manter um quadro “trotskista ortodoxo” até 1963. Desde 1963, no entanto, a vossa corrente e a nossa, tirando um período curto no início dos anos oitenta, estiveram separadas.

Daí resulta que, por cima de um alicerce programático que temos em comum, o do marxismo e da IVª Internacional, a corrente “morenista” (por referência ao militante argentino Nahuel Moreno – 1924-1987, NdR) num sentido lato e a corrente conhecida como “lambertista” no sentido lato têm experimentado evoluções, elaborações, experiências, teorizações que têm sido necessariamente diferentes. Poder-se-á dizer que os camaradas do MAS se formaram na escola de Moreno e nós nos formámos na escola de Lambert, escolas que, embora assentando em fundações comuns, são escolas diferentes.

É, por conseguinte, inevitável que, partindo de princípios que nos são comuns, falemos linguagens diferentes e nos aproximemos dos problemas de maneiras diferentes. São discussões normais. Assim, é preciso conseguirmos discernir o que é o fundamental, essencial, do que, sendo importante, é secundário.

O MAS afirma que há um acordo geral sobre o quadro fundamental. Parece-nos que com razão. Há, evidentemente, muitas diferenças políticas entre nós (e há até desacordos em diferentes matérias). No entanto, quanto ao quadro fundamental, que é o da análise geral do período, da crise sem saída em que o capitalismo se encontra, da natureza do movimento de massas, da perspectiva do socialismo e da revolução proletária, da necessidade de reorganizar o movimento operário com um novo eixo, da actualidade do programa da IVª Internacional, da necessidade de construir partidos revolucionários e de, para tal, recorrer à transição da luta por partidos dos trabalhadores, em todas estas questões, que constituem as fundações que distinguem o trotskismo do revisionismo, temos, de facto, uma maneira, se não idêntica, pelo menos próxima de as olhar, delimitando um quadro comum.

É evidente que, por dentro deste quadro comum, há uma série de questões políticas em que há diferenças. Por dentro deste quadro comum, que é um quadro de princípio, três questões há nas quais adoptamos, tudo o indica, pontos de partida diferentes, justificando continuar a discussão.

## As consequências da queda da União Soviética

A primeira são as consequências da queda da União Soviética. Todos nos lembramos das numerosas teorizações que surgiram no final dos anos oitenta, início dos anos noventa, vindas de economistas burgueses e de correntes sociais-democratas, estalinistas e mesmo dos pablistas, que concluíam que a destruição da propriedade estatal abriria



ao capitalismo uma nova fase de expansão.

Na época, nos textos de re-proclamação da IVª Internacional em 1993, nós afirmámos que, pelo contrário, a abertura da ex-URSS ao capitalismo ia ser um factor de mafiosização e parasitismo ainda maior do sistema capitalista como um todo; que com essa abertura da ex-URSS ao capitalismo se iam acelerar todos os processos parasitários virados para extrair mais-valia não pelo desenvolvimento das forças produtivas, mas indo directamente buscá-la à força de trabalho. Analisando objectivamente o que se passou nos últimos trinta anos, foi essa a realidade.

## Forças produtivas, forças destrutivas

Há um segundo ponto, ligado ao primeiro, em que temos uma visão diferente. A vossa contribuição não faz referência àquilo que é para nós algo de fundamental, mal se podendo, na sua ausência, compreender a evolução da situação mundial: a tendência para a transformação das forças produtivas em forças destrutivas ou forças de destruição. Não há disso menção na vossa contribuição, ao passo que se reveste de bastante importância nas nossas análises. Porquê?

Conhecem a citação de Marx de que “*uma vez alcançado dado estágio de desenvolvimento, as forças produtivas tendem a transformar-se em forças destrutivas.*” Marx cita o maquinismo e o dinheiro. Rosa Luxemburgo acrescentar-lhes-á mais tarde a economia do armamento. Hoje, afigura-se-nos que a transformação do capitalismo ascendente em imperialismo e, depois, a sobrevivência do imperialismo devida à política dos aparelhos, a sua putrefacção, têm como consequência que estas forças destrutivas que servem de mola de arrasto parasitário da economia mundial, à custa de destruírem massivamente forças produtivas,

passassem a ocupar um lugar central. Reatando com as três categorias evocadas por Marx e Rosa Luxemburgo, o maquinismo, através do desenvolvimento da economia digital como factor de destruição massiva de dezenas de milhões de empregos e de destruição da qualificação da força de trabalho; o dinheiro, tomando a forma dos biliões em capitais fictícios que têm que produzir dividendos, mas que só o fazem à custa da destruição massiva das forças produtivas insuficientemente rentáveis; e a economia armamentista, quando hoje se vê, em plena crise, como todos os orçamentos dos países imperialistas para armas sofrem aumentos constantes e alimentam, no mais, uma economia que é uma economia de guerra.

Parece-nos que a estes fenómenos cabe e deve caber um lugar central na nossa análise e que, mormente, a destruição das forças produtivas se traduz seja na desindustrialização, no desemprego de massas, em todas as políticas de desqualificação da mão-de-obra e, nomeadamente, das novas gerações, a destruição dos diplomas, das universidades, a destruição de tudo o que é o salário diferido (as aposentações, a Segurança Social, etc.), seja representa, a nosso ver, um elemento importante da análise, porque, à falta dela, tem-se tendência – uma crítica que fazemos ao vosso documento – a tratar da crise do capitalismo em moldes relativamente clássicos, de ciclos, um método de análise válido na época do capitalismo ascendente do séc. XIX, mas a que, a nosso ver, não cabe, na situação actual, o mesmo lugar.

## Massas, organizações, aparelhos

O terceiro aspecto em que não há dúvida que há matizes diferentes na avaliação que fazemos uns e outros é o da relação entre o movimento da classe operária e a política dos aparelhos. Estamos de acordo quanto ao fundo, quanto à caracterização da política con-

tra-revolucionária dos aparelhos. Mas qual é a relação entre as duas coisas? Num passo do vosso texto, diz-se o seguinte: “*O período que atravessamos conjuga a crise da burguesia com a crise da direcção revolucionária da classe trabalhadora.*”. O programa da IVª Internacional põe o problema, parece-nos, de maneira mais correcta, quando reza que “*a crise da humanidade reduz-se à crise da direcção revolucionária.*” Claro que há uma conjugação entre a crise do capitalismo e a crise da direcção revolucionária. Há, contudo, que explicar como é a conjugação. Porventura os termos do *Programa de Transição* tenham perdido justeza, é possível discuti-lo – não é uma bíblia. Nós, porém, pela nossa parte, pensamos que era correcto escrever, em 1938, e que continua a ser correcto dizer que “*a crise da humanidade reduz-se à crise da direcção revolucionária*” ou, por outras palavras, que as condições objectivas, o apodrecimento do capitalismo, a sua incapacidade para desenvolver as forças produtivas, as quais, como o programa diz, não só estão maduras, como começaram mesmo a apodrecer (hoje poder-se-á dizer que mais do que começaram, estão em apodrecimento avançado), não sendo tanto o problema, portanto, a crise do sistema propriamente dita, mas a capacidade da classe operária, do factor subjectivo, para resolver a crise – esbarrando essa capacidade, frontalmente, na barragem contra-revolucionária dos aparelhos.

Fazem-nos a crítica de, de algum modo, sobre-estimarmos por vezes o carácter consciente do movimento da classe operária, alertando-nos para que essa consciência talvez não seja tão homogénea e permanente como nós escrevemos.

Compreendemos a crítica. Há naturalmente uma relação dialéctica entre a consciência da classe operária e a política dos aparelhos. A classe operária tem tanto mais consciência da sua capacidade para derrubar o sistema quanto essa sua consciência não

## ● DISCUSSÃO

>>> estiver obscurecida pela política dos aparelhos, é evidente. No entanto, isso nada tira a que hoje o obstáculo essencial seja a política dos aparelhos, daí decorrendo, conseqüentemente, que o problema não é a elevação da consciência da classe operária como abstracção, mas a nossa capacidade para construir um partido revolucionário que ajude a classe a, pelo seu próprio movimento, eliminar os obstáculos levantados pelos aparelhos e, nesse movimento prático, tomar consciência da sua capacidade para ir até às últimas conseqüências.

### **Desacordos que, não sendo inibitivos, têm que ser discutidos**

Há uma reflexão a fazer sobre estas três questões. Não são desacordos inibitivos, mas três pontos que merecem a continuação da discussão entre nós, como, aliás, a questão da China.

Para começar, seria interessante prosseguir a discussão, inclusive publicamente. É interes-

sante que duas correntes vindas do movimento trotskista, com histórias diferentes, mas também pontos comuns, considerem, a certa altura, que é possível e é útil discutir.

Atenção: não acreditamos na reunificação do “movimento trotskista”. Pensamos que, entre as centenas de organizações que se reclamam do trotskismo no mundo, há algumas que têm que ver com o trotskismo, outras que têm uma relação deformada com o trotskismo e ainda outras que nada têm que ver com o trotskismo. Por isso, a ideia de uma reunificação abstracta do movimento trotskista seria, a nosso ver, uma maneira errada de olhar para a questão.

Em contrapartida, se organizações que, como as nossas, se reclamam do trotskismo partilham alguns princípios fundamentais, é muito importante travar essa discussão. O que pode, até, funcionar como algo de exemplar para outras correntes ou organizações, essa demonstração de que queremos travá-la. ●

## *A Internacional*

Revista do CORQI (Comité de Organização pela Reconstituição da IVª Internacional)

**Assina!**

Assino *A Internacional* - 6 números: 24 euros

Apelido, nome: .....

Endereço: .....

Endereço electrónico:.....

Cheques à ordem de 'Réveil ouvrier' - 67, avenue Faidherbe, 93100 Montreuil, França

# 1848: separação definitiva da classe operária e da burguesia

Apresentação de uma selecta de textos

Grégory Fernandes

Admirar-se-á porventura o leitor d’A Internacional que uma revista publicada em 2021 lhe proponha uma selecção de textos antigos relativos a revoluções que se desenrolaram na Europa (e especificamente em França) em 1848. Que interesse poderá o leitor, no México, na África do Sul, na Índia ou... em França, ter hoje, tanto tempo passado, em debruçar-se sobre tais acontecimentos?

**O**s quatro excertos aqui apresentados são extraídos de um livro de Karl Marx intitulado “Lutas de Classes em França”, de artigos de Friedrich Engels na *Neue Rheinische Zeitung* – diário alemão fundado por Marx e Engels em Abril de 1848 com a finalidade explícita de nele publicar um ponto de vista operário revolucionário sobre as sublevações populares na Europa. Por fim, textos do militante trotskista Pierre Lambert (1920-2008), um dos dirigentes que trabalharam pela reproclamação da IVª Internacional em 1993, publicados na



Barricada na rue Soufflot, por Horace Vernet

revista *La Vérité* entre 1959 e 1961, sobre “os problemas do partido operário” na revolução de 1848 em França.

Nestes artigos, Lambert salientava a necessidade de voltar a 1848 pela razão fundamental de que “as forças sociais que se defrontavam na França de 1848 são as que se defrontam na França de hoje, a burguesia e o proletariado.”

Da verificação da divisão da sociedade humana em classes sociais antagónicas haviam Marx e Engels tirado a conclusão, em 1847-48, no *Manifesto do Partido Comunista*, de que os trabalhadores de todos os países se deviam unir num partido operário deliberadamente distinto de todas as outras classes ou ca-

madras da sociedade.

“O fim imediato dos comunistas é o mesmo do de todos os partidos operários, a constituição dos proletários em classe, a destruição da supremacia burguesa, a conquista do poder político pelo proletariado.” A posição marxista em relação ao Estado, no caso vertente o Estado burguês, advém da própria experiência política do proletariado. A revolução de 1848, mormente a derrota operária de Junho, é um marco dessa experiência e das lições que os marxistas, ontem como hoje, dela tiraram.

A insurreição “em que se travou a primeira grande batalha entre as duas classes que dividem a sociedade moderna” merece ser

>>>

## ● HISTÓRIA/TEORIA

>>> conhecida. Em Fevereiro de 1848, a classe operária contribuíra decisivamente para a queda da monarquia e o advento da república burguesa. Quando, porém, foi apresentar as suas reivindicações, nomeadamente o “direito ao trabalho”, a República burguesa mostrou-se pelo que era: o instrumento de domínio “cujo fim confesso é perpetuar o domínio do capital” sobre o trabalho. As mentiras e ilusões a respeito de um Estado veiculo do “interesse geral” ou do “interesse comum” foram estilhaçadas pela repressão sangrenta da insurreição operária de Junho de 1848.

Esta recolha de textos contribuirá, assim, utilmente para dissipar a “*verborreia humanitária da colaboração de classes*” que fez os operários de 1848 hesitarem quando “*tudo podiam*”. “*Foi só ao impregnar-se do sangue dos insurrectos de Junho que a bandeira tricolor se transformou na bandeira da revolução europeia, a bandeira vermelha*”, afirma Marx numa das suas análises.

Em 2021, as organizações constituídas pela classe operária estão ameaçadas (do exterior como do interior) por todos os que apregoam pretensos interesses comuns entre explorados e exploradores, quer a pretexto da “defesa do planeta”, quer em nome de chamadas comunidades, sejam elas nacionais, religiosas ou outras. Há correntes – incluindo aqueles que, em 2015, provocaram a crise da IVª Internacional – que pretendem hoje negar as fronteiras de classe a pretexto de movimentos do género dos “coletes amarelos” ou similares serem o suprassumo da resistência à barbárie. Contra todos estes charlatães, é útil voltar a olhar para 1848: a separação definitiva entre classe operária e burguesia. Dela decorre a necessidade de independência de classe do proletariado e da construção do seu próprio partido dos trabalhadores.



Karl Marx e Friedrich Engels

### **Karl Marx, Luta de classes em França, excertos do capítulo 1, “De Fevereiro a Junho de 1848”**

O GOVERNO PROVISÓRIO que surgiu das barricadas de Fevereiro reflectia necessariamente, na sua composição, os vários partidos que dividiam a vitória. Não podia ser mais do que um *compromisso das várias classes* que haviam derrubado em conjunto o trono de Julho, mas cujos interesses se opunham antagonicamente. Na sua grande maioria, consistia em representantes da burguesia. A pequena burguesia republicana estava representada em Ledru-Rollin e Flocon, a burguesia republicana na gente do “National”, a oposição dinástica em Crémieux, Dupont de l’Eure, etc. A classe operária só tinha dois representantes, Louis Blanc e Albert. Lamartine, por fim, não era, no governo provisório, à partida, nenhum interesse real, nenhuma classe determinada, era a própria revolução de Fevereiro, a insurreição comum, com as suas ilusões, a sua poesia, o seu conteúdo imaginário e as suas frases. No mais, pela sua posição como pelas suas opiniões, o porta-voz da revolução de Fevereiro pertencia à *burguesia*.

Se Paris domina a França em razão da centralização política, os operários dominam Paris em momentos de terramoto revolucionário. O primeiro sinal de vida do governo provisório foi a tentativa de escapar a esta influência

esmagadora, lançando um apelo da ébria Paris à sóbria França. Lamartine impugnou o direito dos combatentes das barricadas a proclamar a república; só a maioria dos franceses teria competência para fazê-lo; era preciso aguardar pelo seu voto, não tendo o proletariado parisiense o direito de manchar a sua vitória com uma usurpação. A burguesia só autorizava ao proletariado *uma* usurpação – a da luta.

Por volta do meio-dia de 25 de Fevereiro, com a República ainda por proclamar, os ministérios já estavam, em contrapartida, todos distribuídos entre os elementos burgueses do governo provisório e entre os generais, banqueiros e advogados do “National”. Só que os operários estavam decididos a não tolerar, desta vez, um escamoteamento semelhante ao de Julho de 1830. Estavam dispostos a reatar a luta e a impor a República pela força das armas. Foi com esse recado que *Raspail* se dirigiu ao *Hôtel de ville* (edifício da Câmara Municipal de Paris): em nome do proletariado parisiense, *mandou* o governo provisório proclamar a República: não sendo tal ordem do povo consumada no prazo de duas horas, voltaria, à cabeça de 200 mil homens. Os cadáveres dos caídos ainda não haviam arrefecido, as barricadas ainda estavam por limpar e os operários por desarmar, o único poder que se lhe podia contrapor era a Guarda Nacional. Em tais circunstâncias, os escrúpulos jurídicos e consideradas reservas dos estadistas do governo provisório dissiparam-se prontamente. Ainda o prazo de duas horas não tinha expirado e já em todas as paredes de Paris pendiam garrafais as históricas palavras:

***République française!  
Liberté, Égalité, Fraternité!***

Com a proclamação da República assente no sufrágio universal extinguiu-se a própria memória dos limitados objectivos e motivos que tinham atirado a burguesia para a revolução de Fevereiro. Em vez de uns poucos

segmentos da burguesia, eram todas as classes da sociedade francesa que se viam de súbito projectadas para a órbita do poder político, obrigadas a deixar os camarotes, a plateia e a galeria e a actuar em nome próprio no palco revolucionário! Desaparecidas, junto com a monarquia constitucional, a aparência de um poder de Estado majestaticamente colocado frente à sociedade civil e todas aquelas lutas subalternas que tal poder fictício requer!

Ditando ao governo provisório e, através do governo provisório, a toda a França, a República, o proletariado subiu imediatamente à ribalta como partido independente, mas desafiando do mesmo passo contra si toda a França burguesa. Conquistara o terreno em que lutar pela sua emancipação revolucionária, mas de modo algum conquistara essa emancipação.

A República de Fevereiro começara, pelo contrário, por de *perfar* o domínio da burguesia, fazendo entrar no círculo do poder, além da aristocracia financeira, a *totalidade das classes possidentes*. A maioria dos latifundiários, os legitimistas, foram emancipados da nulidade política a que a monarquia os tinha condenado. Não fora por acaso que a "Gazette de France" fizera agitação ao lado dos jornais da oposição, como não fora por acaso que La Roche-Jaquelein abraçara o partido da revolução na sessão de 24 de Fevereiro da Câmara de Deputados. Com o sufrágio universal, eram feitos árbitros do destino da França os proprietários nominais que eram a grande maioria dos franceses, os *camponeses*. Ao atirar ao chão a coroa atrás da qual o capital se escondia, a República de Fevereiro pôs enfim à vista, sem disfarce, o império da burguesia.

Os operários, depois de terem conquistado a *monarquia burguesa* nas jornadas de Julho, conquistaram a *República burguesa* nas jornadas de Fevereiro. Tal como a monarquia de Julho se vira obrigada a anunciar-se como *monarquia cercada de instituições republi-*

*canas*, a República de Fevereiro anunciava-se como *República cercada de instituições sociais*. Também esta concessão foi o proletariado parisiense que a impôs.

**A** REPÚBLICA DE FEVEREIRO foi conquistada pelos trabalhadores com a ajuda passiva da burguesia. Os proletários viram-se com razão como os vencedores de Fevereiro e propuseram as orgulhosas exigências dos vencedores. Era, portanto, preciso batê-los na rua, demonstrar-lhes que ficariam por baixo assim que deixassem de lutar *ao lado* da burguesia para lutar *contra* ela. Assim como a República de Fevereiro, com as suas concessões socialistas, carecera de uma batalha do proletariado, aliado com a burguesia, contra a monarquia, foi necessária uma segunda batalha para separar a República das concessões socialistas, para apurar oficialmente a República burguesa como o poder. A burguesia teve de refutar as reivindicações do proletariado de armas na mão. O verdadeiro local e data de nascimento da República burguesa não foi a *vitória de Fevereiro*, mas a *derrota de Junho*.

O proletariado acelerou a decisão quando penetrou na Assembleia Nacional no dia 15 de Maio, procurando em vão reconquistar a sua influência revolucionária, mas apenas entregando os seus enérgicos dirigentes aos carcereiros da burguesia. *Il faut en finir!* Acabe-se com isto! Com este clamor, a Assembleia Nacional dava voz à sua resolução de obrigar o proletariado à luta decisiva. A Comissão Executiva promulgou uma série de decretos provocatórios, como a proibição de concentrações populares, etc. Os operários foram directamente provocados, insultados e escarnecidos do alto da tribuna da Assembleia Nacional Constituinte. O verdadeiro alvo, porém, estava, como vimos, nos *ateliers nationaux*, nas oficinas nacionais. Foi para elas que a assembleia constituinte imperiosamente remeteu a Comissão Executiva, que só esperava por ouvir o seu plano

proferido como mandamento da Assembleia Nacional.

A Comissão Executiva começou por dificultar o acesso às oficinas nacionais, substituir o salário à jornada pelo salário à peça e exilar os operários não naturais de Paris para Sologne a pretexto da realização de trabalhos de terraplanagem. Estas obras não passavam de fórmula retórica para enfeitar a expulsão, conforme anunciavam aos seus camaradas os operários que voltavam desenganados. Por fim, no dia 21 de Junho, saiu um decreto no "Moniteur" que mandava banir todos os trabalhadores solteiros das oficinas nacionais à força ou convocá-los para o exército.

Aos operários não restava alternativa: ou passavam fome ou iam para a luta. Responderam no dia 22 de Junho com a imensa insurreição em que pela primeira vez terçaram armas as duas classes em que se cinda a sociedade moderna. Era a luta pela manutenção ou aniquilação da ordem *burguesa*. O véu que cobria a República rasgava-se.

É sabido como a coragem e o génio sem par dos trabalhadores, sem chefes, sem plano comum, sem meios, na grande maioria carecidos de armas, manteve em sentido, durante cinco dias, o exército, a guarda móvel, a guarda nacional parisiense e a guarda nacional que afluiu da província. É sabido como a burguesia se ressarcia com inaudita brutalidade do transe mortal em que se viu, massacrando mais de 3 mil presos.

Os representantes oficiais da democracia francesa estavam de tal modo cativos da ideologia republicana, que só ao fim de algumas semanas começaram a pressentir o sentido dos combates de Junho, anestesiados pelo fumo da pólvora em que se desfazia a sua república de fantasia.

(...)

O proletariado de Paris foi *forçado* à insurreição de Junho pela burguesia. A sua sentença já estava inscrita nesse facto. Nem foram as suas confessas necessidades imediatas o que o fez querer

## ● HISTÓRIA/TEORIA

&gt;&gt;&gt;

derrubar à força a burguesia, nem ele estava à altura da tarefa. Teve que ser o “Moniteur” a revelar-lhe oficialmente que pertencia ao passado o tempo em que a República se vira na contingência de fazer uma reverência às suas ilusões. Só a derrota o convenceu da verdade de que a mínima melhoria da sua condição dentro da República burguesa permaneceria utópica, utopia que passa a crime logo que procura volver-se realidade. A ocupar o lugar das reivindicações proletárias, exuberantes na forma, mas essencialmente pueris e ainda elas próprias burguesas, cuja concessão quis arrancar à República de Fevereiro, aparece então a ousada palavra de ordem revolucionária de combate: Derrube da burguesia! Ditadura da classe operária!

Ao fazer da sua própria casa mortuária o berço da república *burguesa*, o proletariado obrigou esta, do mesmo passo, a sair a terceiro na sua forma pura de Estado cujo fim confesso é a perpetuação do domínio do capital e da escravatura do trabalho. De olhar fixo no inimigo pejado de cicatrizes, implacável, invencível – invencível porque a sua existência é condição da sua própria vida – o poder burguês liberto de todas as algemas teve de transmutar-se de imediato em *terrorismo burguês*. Eliminado o proletariado para já da cena, reconhecida oficialmente a ditadura burguesa, as camadas intermédias da sociedade burguesa, a pequena burguesia e a classe camponesa, foram-se vendo obrigadas, à medida que a sua situação se ia tornando cada vez mais intolerável e a sua oposição à burguesia mais áspera, a aproximarem-se cada vez mais do proletariado. Se antes buscavam no ascenso deste a razão da sua miséria, buscaram-na agora na sua derrota.

Se a insurreição de Junho elevou, em todo o continente, a segurança da burguesia, fazendo-a coligar-se abertamente com a monarquia feudal contra o povo, quem foi a primeira vítima desta coligação? A própria burguesia continental. A derrota de Junho impediu-a de consolidar o seu domínio e de pôr o povo, quieto,

meio satisfeito, meio indisposto, no degrau inferior da revolução burguesa.

A derrota de Junho acabaria por revelar às potências despóticas da Europa o segredo de que a França tinha de manter a todo o custo a paz no exterior para poder travar a guerra civil dentro de portas. Assim, os povos que tinham iniciado a sua luta pela independência ficaram abandonados ao poderio da Rússia, da Áustria e da Prússia – do mesmo passo, porém, que o destino destas revoluções nacionais ficou subordinado ao destino da revolução proletária, perdida a sua aparente autonomia, a sua independência face à grande revolução social. Não há-de o húngaro ser livre, não há-de o polaco, não há-de o italiano, enquanto o operário for escravo!

Com as vitórias da Santa Aliança, a Europa acabava por assumir contornos tais, que fariam coincidir directamente qualquer nova insurreição proletária em França com uma *guerra mundial*. A nova revolução francesa não tem remédio senão deixar imediatamente o terreno nacional para *conquistar o terreno europeu*, único em que poderá concretizar-se a revolução social do século XIX. Só pela derrota de Junho se criaram, pois, todas as condições que hão-de permitir à França tomar a *iniciativa* da revolução europeia. Só impregnada do sangue dos *insurrectos de Junho* a tricolor se transformou na bandeira da revolução europeia – a *bandeira vermelha*! E nós clamamos:

**A revolução morreu!  
Viva a revolução!**

### Friedrich Engels, “Jornadas de Junho de 1848 » (artigos na Nova Gazeta Renana)

“O 23 de Junho” (excerto)

**E**ncontram-se sempre muitos factos desgarrados para acrescentar à luta do dia 23. O material que temos em frente é inesgotável, mas o tempo não nos permite dar conta de mais do que o que é mais essencial e característico.

A revolução de Junho oferece o espectáculo de uma luta feroz, como nem Paris nem o mundo viram igual. De todas as revoluções anteriores, são as jornadas de Março de Milão que dão testemunho da luta mais acesa. Uma população quase desarmada de 170 mil almas bateu um exército de 20 a 30 mil homens. No entanto, as jornadas de Março de Milão são uma brincadeira ao lado das jornadas de Junho de Paris.

O que distingue a revolução de Junho de todas as revoluções anteriores é a ausência de ilusões, de entusiasmo.

O povo não está finco nas barricadas a cantar “Morrer pela pátria”, como em Fevereiro. Os operários de 23 de Junho lutam pela existência, a pátria perdeu para eles qualquer significado. A *Marselhesa* e todas as lembranças da Grande Revolução desapareceram. Povo e burguês pressentem que a revolução em que se embrenham é maior do que 1789 e 1793.

A revolução de Junho é a revolução do desespero, e é com a raiva muda, com o sinistro sangue-frio do desespero que se luta por ela; os operários sabem que estão travando uma luta de vida ou de morte e, ante a terrível gravidade da luta, cala, até, o vivo espírito francês.

A história só nos mostra dois momentos com alguma semelhança com a luta que, neste mesmo momento, provavelmente continua em Paris: a guerra dos escravos de Roma e a insurreição de

Lyon de 1834. Também a antiga divisa dos de Lyon, “viver a trabalhar ou morrer a lutar”, ressurgiu de súbito, quatorze anos depois, inscrita nas bandeiras.

A revolução de Junho é a primeira que divide realmente a sociedade inteira em dois grandes campos inimigos, representados pela Paris Oriental e pela Paris Ocidental. Desapareceu a unanimidade da revolução de Fevereiro, a unanimidade poética, plena de ilusões deslumbrantes, plena de bonitas mentiras, tão dignamente representada pelo traidor das frases bonitas, Lamartine. Hoje a implacável gravidade da realidade despedaça todas as promessas sedutoras de 25 de Fevereiro. Os combatentes de Fevereiro lutam eles próprios hoje uns contra os outros e, como nunca visto, deixou de haver indiferença, todos os homens capazes de segurar armas estão realmente a participar na luta, nas barricadas ou em face delas.

Os exércitos que se defrontam nas ruas de Paris são tão fortes como os exércitos que travaram a “batalha das nações” de Leipzig. Só por si, isso já dá a importância da revolução de Junho. (...)

*Neue Rheinische Zeitung*,  
28 de Junho de 1848, nº 28, pp. 1-2

### “O 25 de Junho” (excerto)

**A** CADA DIA foi crescendo a violência, a ferocidade e a fúria da luta. A burguesia foi ficando cada vez mais fanática contra os insurrectos à medida que as suas brutalidades a iam levando mais devagar ao objectivo, à medida que mais se cansava na luta, na guarda nocturna e na tenda de campanha e que, enfim, a vitória se aproximava.

A burguesia proclamou os operários não inimigos normais, que se vencem, mas inimigos da sociedade, que se exterminam. Os burgueses espalharam a asserção absurda de que os operários, por eles próprios encurralados à força no caminho da insurreição, o que

queriam era pilhar, incendiar e assassinar, eram um bando de malfetores que era preciso abater como animais selvagens. Ora, os insurrectos haviam ocupado durante três dias grande parte da cidade, comportando-se de modo absolutamente correcto. Se tivessem feito uso dos mesmos métodos violentos que os burgueses e os lacaios dos burgueses comandados por Cavaignac, Paris estaria em ruínas, mas eles teriam triunfado.

A barbaridade com que os burgueses procederam nesta luta ressalta de todos os factos desgarrados. Sem falar da metralha, dos obus, dos foguetes incendiários, apurou-se não se ter dado quartel à maioria das barricadas tomadas de assalto. Os burgueses abateram tudo o que lhes apareceu à frente, sem excepção. No dia 24 à noite, mais de 50 insurrectos presos foram fuzilados sem formalidade alguma na Avenida do Observatório. “É uma guerra de extermínio”, escreve um correspondente de *L'Indépendance* belga, todavia um jornal burguês. Em todas as barricadas, acreditava-se que todos os insurrectos seriam massacrados, sem excepção. Quando La Roche-jaquelein declarou à Assembleia Nacional que era preciso fazer qualquer coisa para contrariar esta crença, os burgueses não o deixaram acabar e fizeram uma algazarra tal, que o presidente teve de se cobrir e interromper a sessão. Quando o próprio Sénard quis, mais tarde (ver mais adiante a sessão da Assembleia), proferir umas palavras hipócritas de dor e conciliação, a algazarra recomeçou. Os burgueses não queriam saber de moderação. Mesmo com risco de perderem alguma da sua fortuna nos bombardeamentos, estavam determinados a acabar de uma vez por todas com os inimigos da ordem, os malfetores, incendiários e comunistas.

Nem sequer tinham, nisso, o heroísmo que os seus jornais tentaram atribuir-lhes. Da sessão de hoje da Assembleia Nacional releva-se que, quando a insurreição eclodiu, a guarda nacional ficou paralisada de susto; das informações de todos os jornais das

mais diversas matizes releva-se claramente que, apesar de todas as frases pomposas, no primeiro dia, a guarda nacional compareceu em pequeno número, que, no segundo e terceiro dias, Cavaignac teve de os arrancar da cama e mandar para o fogo atrás de um cabo e de quatro homens. O ódio fanático dos burgueses contra os operários insurrectos não foi capaz de superar a sua cobardia natural.

Os operários, em contrapartida, bateram-se com bravura sem igual.

(...)

A bravura com que os operários se bateram é de facto admirável. Trinta a quarenta mil operários aguentam três dias inteiros contra mais de oitenta mil homens da tropa e cem mil homens da guarda nacional, contra a metralha, os obus e os foguetes incendiários, contra a nobre experiência bélica de generais que não se envergonham de recorrer aos meios argelinos! Foram esmagados e, em grande parte, massacrados. Não terão os seus mortos as honras prestadas aos mortos de Julho e de Fevereiro; mas a história conferirá lugar bem diferente às vítimas da primeira batalha decisiva do proletariado.

*Neue Rheinische Zeitung*,  
28 de Junho de 1848, nº 29, pp. 1-2

### Pierre Lambert, “Os problemas do Partido Operário”

#### “A Revolução de 1848 em França”

**A** REVOLUÇÃO DE 1848 em França é o primeiro exemplo de uma revolução operária confiscada, traída sob o signo da frase democrática. Toda a história das revoluções vencidas – só a revolução de Outubro escapará a esse destino, graças à direcção do partido de Lenine e Trotsky – limitar-se-á a reproduzir, nos mais variados moldes, a da revolução de 1848. Mudarão os nomes, modificar-se-ão as situações

>>>

## ● HISTÓRIA/TEORIA

&gt;&gt;&gt;

políticas, mas os traços característicos das organizações e dos homens ficarão. Ao longo de toda a revolução de 1917, Lenine referir-se-á à experiência de 1848 ao traçar as linhas directrizes da estratégia bolchevique: é nesse momento que escreve, em *O Estado e a Revolução*, depois de definir os “rasgos comuns à evolução moderna de todos os Estados capitalistas”: “Em três anos, de 1848 a 1851, a França mostrou, em moldes límpidos e concentrados, nas suas rápidas sucessões, tais processos de desenvolvimento característicos do mundo capitalista no seu todo”<sup>(1)</sup>.

O que está por trás da impotência da burguesia e da pequena burguesia, na Alemanha, para resolver os seus problemas, é o carácter proletário da ameaça revolucionária em França. Desta conclusão e da análise que fazem tirarão Marx e Engels, como mais adiante veremos, os primeiros elementos da teoria da revolução permanente. O estudo da revolução de Fevereiro, a análise das forças sociais que nela se defrontam e, sobretudo, o exame do papel desempenhado pelas várias formações políticas e pelos seus dirigentes permitem neles divisar, sem de modo nenhum forçar a realidade, protótipos históricos, ainda válidos para a história de que somos testemunhas e actores. A razão é simples: fundamentalmente, as forças sociais que se defrontavam na França de 1848 são as que se defrontam na França de hoje, a burguesia e o proletariado. Por essa razão há, não obstante todas as diferenças<sup>(2)</sup>, traços comuns na atitude dos protagonistas, e esses traços comuns são, precisamente, os traços essenciais; em 1848, contudo, essas características da política de toda uma época ainda não estavam completamente elaboradas, ao passo que hoje o estão plenamente. A riqueza do marxismo dá tal e tão total actualidade às lições de 1848, que da leitura dos escritos de Marx e Engels sobre os acontecimentos de 1848 ressalta uma impressão de vida real, na comparação com as

experiências mais recentes da luta de classes.

Não temos, bem entendido, absolutamente nenhuma pretensão de escrever aqui um capítulo da história do movimento operário. Propomo-nos unicamente extrair do estudo das várias etapas da luta de classes e das conclusões que Marx delas tirou lições úteis aos militantes que querem construir um partido operário no nosso país, tarefa que a vanguarda tem a obrigação de empreender ante a falência da social-democracia e do estalinismo, incapazes de cumprir as exigências da luta pela revolução proletária. Seria, evidentemente, impossível avaliar os esforços mais do que seculares do proletariado nesta via sem primeiro enquadrá-los no respectivo contexto. Por isso se afigura indispensável relatar sumariamente as condições históricas em que se elaborou a ideia de um partido proletário independente da burguesia e da pequena burguesia. Estas referências históricas não serão, no mais, inúteis, porquanto o passado, com as suas tradições – o peso das gerações mortas, como escreve Marx – continua, hoje como ontem, a pesar, para o bem e para o mal, no pensamento e na actividade das classes em luta e dos seus representantes políticos.

### O primeiro falhanço histórico da “frente popular”

Na véspera da revolução de Fevereiro de 1848, ninguém, dos homens que ocupavam o poder às várias oposições, esperava uma revolução. Ainda no dia 20 de Fevereiro, Louis-Philippe esperava safar-se com algumas concessões. Lamartine, representante do “conservadorismo previdente” (a que nos nossos dias se chamaria o “capitalismo esclarecido”) viria mais tarde a criticar duramente os orleanistas por terem feito a revolução<sup>(4)</sup>. Pela sua parte, ele definia assim o seu papel, antes da revolução: “Quero criar um homem de reserva; quando vierem os dias de grande perigo, uma

maré alta de terror derramar-se-á sobre o timão quebrado.”

Ledru-Rollin, representante da pequena burguesia democrata, dizia, pelo seu lado, em 1845: “Não, não faremos esse erro, nós não somos ultra-revolucionários. Não somos nós que preferiremos o barrete vermelho a uma boa acção.”

Em Fevereiro de 1848, alguma dias antes da insurreição popular, recusou a inculpação do ministro de Louis-Philippe, Guizot. Nas jornadas que antecedem Fevereiro, Ledru-Rollin ainda prefere ceder ao outro a responsabilidade de iniciar um combate decisivo. A 22 e 23, o seu jornal, *La Réforme*, reclamava apenas a liberdade de reunião. No dia 24 de manhã, ainda não era pela República. Depois, ao dirigir-se para a Câmara Municipal com Lamartine, disse-lhe: “Marchamos para o Calvário.” Lamartine notou que “Ledru Rollin está aterrorizado pela ideia de uma sublevação popular”.

Quanto a Louis Blanc<sup>(4)</sup>, na véspera das jornadas de Fevereiro, ele predizia a derrota. Ainda no dia 23, após a demissão de Guizot, escrevia em *La Réforme*: “O ministério derrubado, muito bem. Consideramos nossa obrigação lembrar bem alto que é no patriotismo de todos os cidadãos organizados em guarda nacional que assentam, nos ternos da carta, as garantias da liberdade.”

A “carta” é o documento que, em 1830, consagrara Louis-Philippe d’Orléans rei dos franceses!

Foram os trabalhadores parisienses que, agarrando no seu próprio destino apesar dos chefes oficiais da oposição liberal, democrata e operária, aterrorizados ante a queda da dinastia, deitaram abaixo o trono e impuseram a República.

Se Blanqui, então em residência vigiada, não participou directamente nas jornadas de Fevereiro, notar-se-á o papel preponderante dos membros das “sociedades secretas”<sup>(5)</sup>, que, enquadrando o povo, se constituíram em chefes das barricadas de Fevereiro.





Auguste Blanqui, por Bochart

Ao contrário de uma revolução palaciana, um verdadeiro movimento popular apanha sempre desprevenidas quer as camadas dirigentes, suas vítimas, quer os “chefes” oficiais da oposição, que se precipitam em socorro da vitória para melhor limitar as suas consequências.

Na Rússia (Fevereiro de 1917), na Alemanha (Novembro de 1919), em Espanha (Julho de 1936), o esquema foi o mesmo. O movimento revolucionário desenvolveu-se subterraneamente sem Kerenski, Noske, Blum ou Thorez saberem e quererem. Até hoje, só na Rússia de 1917 a presença do Partido Bolchevique, dirigido por Lenine, pôde impedir a burguesia, coadjuvada pelos democratas burgueses, pequeno-burgueses e reformistas (a que depois sucederam os estalinistas) de confiscar a revolução em seu proveito antes de a esmagar.

No dia 24 de Fevereiro, mal os insurrectos haviam vencido nas barricadas, Lamartine e Ledru-Rollin dirigiram-se para a Câmara Municipal. Receavam assistir à proclamação da “Comuna” pelos militantes das sociedades secretas. Lamartine e Ledru-Rollin não estavam, aliás, errados. As massas e a vanguarda militante das sociedades secretas, fortalecidas pela experiência das jornadas de 1830<sup>(6)</sup>, esforçaram-se, em vários pontos e em moldes rudimentares, por criar uma situação de duplo poder. No faubourg Saint-Antoine, elegeram-se delegados com a missão de vigiar o governo provisório; em Chartres, constituiu-se um

comité provisório de delegados operários, encarregado de fiscalizar o município. O governo provisório burguês varreria estes primeiros germes de um poder operário democrático.

“Primeiro e antes de mais, *perdure o Estado!*”, proclamará Lamartine desde o primeiro dia. Era preciso defender o Estado da burguesia, o Estado burocrático, contra os trabalhadores parisienses. No dia 24 de Fevereiro, constituía-se o governo provisório. Nele entraram os republicanos burgueses Marie, Marrast, Garnier-Pagès, Arago, Dupont; o representante da oposição dinástica, Crémieux; os representantes democratas da pequena burguesia, Ledru-Rollin et Flocon; os socialistas reformistas Louis Blanc e Albert; sem esquecer Lamartine, que não queria ser rotulado, mas que, pelos seus actos, se situaria sem equívoco. Nomeou-se o socialista Albert... presidente da comissão de recompensas nacionais. Um autêntico governo de frente popular antes do tempo!

No dia 25 de Fevereiro, os operários em armas quiseram arranjar garantias da sua vitória. Ocuparam a Câmara Municipal, onde o governo provisório deliberava. Bruscamente, a porta da sala onde o governo estava reunido foi furada. O jovem operário Marche entrou de espingarda na mão: “*Cidadãos, a revolução está feita há já 24 horas, o povo ainda está à espera de resultados. Manda-me dar-vos o recado de que não tolerará mais demora. Quer o direito ao trabalho já.*”<sup>(7)</sup>

Lamartine e Louis Blanc acumularam frases sobre frases até o representante dos operários em armas ceder. Declarou então: “*Está bem, esperamos. Temos confiança no nosso governo, visto que ele tem confiança em nós. O povo vai esperar. Aceita três meses de miséria em serviço da República.*”

Louis Blanc felicitou Marche. Este diálogo, esta hesitação dos operários, as suas ilusões, a sua generosidade, anunciavam a sua derrota futura. Os operários podiam tudo. Mas careciam totalmente de experiência, e não havia organi-

zação revolucionária que lhes mostrasse que lhes era forçoso impor a saída dos ministros burgueses de um governo que acabava de se instalar no poder graças à revolução feita por eles, operários, e mais ninguém.

Nesse mesmo dia 25 de Fevereiro, Lamartine fez com que o governo provisório decidisse a criação da guarda móvel (em substituição da velha guarda nacional em liquefacção). Para que o “*Estado (burguês) perdure*”, era precisa uma força reaccionária de repressão ao seu serviço. Esta ilustrar-se-ia em Junho contra os operários. Lamartine pôs igualmente à votação esta primeira proclamação:

“*A unidade da nação, que passa a ser formada por todas as classes dos cidadãos que a compõem, o governo da nação pela própria nação, com a liberdade, a igualdade e a fraternidade por princípio e o povo por dever e palavra de ordem, tal é o governo democrático que a França deve a si própria e que o nosso esforço saberá assegurar-lhe.*”

Os representantes dos operários, Louis Blanc e Albert, associaram-se a esta verborreia humanitária de colaboração de classes, que mais não visava do que adormecer o povo para melhor o esmagar em seguida.

No dia 26 de Fevereiro, as massas, preocupadas, manifestaram-se de novo, esforçando-se por retomar a iniciativa. Manifestaram-se pela bandeira vermelha. Louis Blanc começou por aprovar a manifestação. Depois capitulou, como constantemente faria, sob a pressão de Lamartine e de Ledru-Rollin. Estes últimos não queriam nenhum emblema a não ser a bandeira tricolor. Encontrou-se um “compromisso”: atou-se ao pau da bandeira um pedacinho de tecido vermelho (que, de resto, rapidamente desapareceria)!

No dia 27 de Fevereiro, os guardas nacionais burgueses, reconhecidos, desfilarão ao clamor de “*Viva Lamartine!*”

No dia 28 de Fevereiro, as massas armadas manifestaram-se de novo, com palavras de ordem de

>>> classe, ainda que reflectissem as suas ilusões: “*Negociatas não, dez horas de trabalho, ministério do trabalho, ministério do progresso, abolição da exploração do homem pelo homem.*”

Uma delegação deslocou-se à sala de reunião do governo provisório. Lamartine, Ledru-Rollin, Flocon, opuseram-se às reivindicações operárias. Louis Blanc e Albert ameaçaram demitir-se. Arago propôs uma transacção: não haveria ministério do trabalho e do progresso, mas uma comissão do trabalho para “*estudar o melhoramento da sorte dos operários*”! Louis Blanc aceitou a presidência da comissão do Luxemburgo, que outra função não teve senão apaziguar os conflitos entre as classes, numa situação em que a burguesia ainda não tinha força para dizer que não às reivindicações. Esta comissão foi uma digna antepassada da que se reuniu no Hôtel Matignon em Junho de 1936 e da miríade de comités e comissões que se reuniram a partir de 1944.

Constituídas segundo o mesmo modelo tripartido (representantes do governo, do patronato e dos trabalhadores) e sem poder real, estas organizações de colaboração de classes nunca tiveram outra razão de ser que não fosse adormecer os trabalhadores e servir de entrave à sua acção de classe.

O ministro burguês Marie, organizador das oficinas nacionais<sup>(8)</sup>, fruto da actividade da comissão do Luxemburgo, deu uma definição perfeita da política da burguesia: “*A única questão, declarou, é ganhar tempo, entretendo o motim até se poder amordaçá-lo. Sendo de momento evidente a impossibilidade de resistência eficaz da parte da gente honesta, manda a prudência manobrar e desinteressar a classe operária das concessões, mais aparentes que reais, que darão à parte sã da nação o meio para alcançar, sem demasiado prejuízo, e preparar na sombra o mais rapidamente possível melhores*

*dias.*”

Toda a tática da classe dominante face a uma revolução se exprime aqui na perfeição. Porém, para realizar tal objectivo, a reacção precisa de:

1 – uma força armada de repressão;

2 – desgastar a combatividade operária, tarefa a que hão-de meter mãos os dirigentes oficiais da classe operária promovidos à categoria de ministros;

3 – atingir a honra dos chefes verdadeiramente revolucionários, caluniando-os, de modo a isolá-los das massas.

O segundo ponto é, no mais, de longe o mais importante. Para realizar o primeiro, Arago, o ministro da guerra do governo provisório, obteve enormes verbas para o exército: mais de 100 milhões em dois meses. Por exemplo no dia 24 de Abril, após a vitória eleitoral burguesa de dia 23, afectaram-se ao exército, a título de despesas urgentes e imperiosas, 19.887.000 francos, por um lado, e 4.280.000 por outro; a 3 de Maio, mais 80.119.419 francos. A título comparativo, repare-se que, de 5 de Março a 3 de Maio, se afectaram 7.240.200 francos às oficinas nacionais.

No total, de 7 de Março a 3 de Maio, empataram-se 120.705.419 francos em forjar o instrumento de repressão de que Cavaignac viria a servir-se vitoriosamente em Junho.

Os ministros burgueses sabiam perfeitamente o significado destas verbas e o seu destino.

“*Quando a tropa voltar a Paris, nessa altura faremos o que quisermos*”, declarou Arago. ●

(1) Os primeiros artigos desta série foram publicados nos números 513 e 515 de *La Vérité*.

(2) Em 1848, o capitalismo ainda encerrava enormes possibilidades de desenvolvimento: hoje, entrou na sua crise final. No entanto, os problemas da atitude da classe operária face ao Estado burguês tal como mostra

Lenine e, por conseguinte, o problema da direcção operária, põem-se essencialmente da mesma maneira.

(3) Foi a “oposição dinástica”, aquilo a que hoje se chamaria a “oposição de Sua Majestade”, que tomou, na verdade, a iniciativa da “campanha de banquetes” que acabaria por desaguar na revolução de Fevereiro.

(4) Teórico socialista reformista, autor de uma brochura intitulada *A Organização do Trabalho* (...) que teve grande repercussão. Rejeitando o princípio da luta de classes, pretendia conseguir a transformação pacífica da sociedade capitalista em sociedade socialista graças à organização de oficinas nacionais apoiadas pelo Estado.

(5) Sob Louis-Philippe (1830-1848), os revolucionários (republicanos, pequeno-burgueses e comunistas de várias tendências), forçados à ilegalidade, organizaram-se em “sociedades secretas”, seguindo o exemplo da carbonária italiana. Duas destas sociedades (a *Société des familles*, de Barbès, e a *Société des saisons*, de Blanqui) organizaram a insurreição de 12 de Maio de 1839, que foi imediatamente afogada em sangue e acarretou a condenação dos seus instigadores à reclusão.

(6) Em 1830, os trabalhadores parisienses abateram Carlos X durante os Três Gloriosos (27, 28 e 29 de Julho). Porém, antes de os trabalhadores poderem reagir, o banqueiro liberal Lafitte instalou Louis-Philippe no Hôtel de Ville com um governo provisório.

(7) A crise económica mundial de 1847 gerara um desemprego que provocava sofrimento cruel entre os operários.

(8) As oficinas nacionais, aparentemente tiradas do programa de Louis Blanc, foram, na realidade, organizadas em oposição directa, contra ele e a comissão do Luxemburgo, pelo ministro burguês Marie. “*Debaixo deste nome pomposo dissimula-se apenas a ocasião de mandar centenas de milhares de operários para fastidiosas, monótonas e improdutivas obras de terraplanagem por um salário de 23 soldos*” (Marx).

## *A Internacional*

publica-se em versão alemã, árabe, espanhola, francesa, húngara, inglesa, italiana e portuguesa



